



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**MARISTELA CLAUDIO CERQUEIRA**

**PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA**  
**COM SINDROME DE DOWN**

Salvador  
2016

**MARISTELA CLAUDIO CERQUEIRA**

**PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA  
COM SINDROME DE DOWN**

Trabalho monográfico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do título de Pós-Graduado em Educação Infantil do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil.

Sob orientação da Professora Cláudia Pedral.

Salvador  
2016

MARISTELA CLAUDIO CERQUEIRA

PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA  
COM SINDROME DE DOWN

Monografia apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Pós-Graduada em Educação Infantil  
do Curso de Especialização em Docência na Educação  
Infantil, Universidade Federal da Bahia - UFBA, pela  
seguinte banca examinadora:

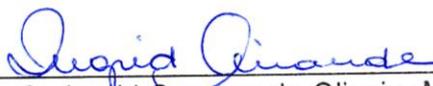
Salvador, 28 de junho de 2016.

**BANCA:**



---

Profa. Claudia Pedral  
Terapeuta Ocupacional/ Psicomotricista Psicoterapeuta



---

Profa. Ingrid Campos de Oliveira Miranda  
Pedagoga / Psicomotricista / Mestranda

*“Acho que a base do sucesso em qualquer atividade está primeiro em se ter uma oportunidade, que geralmente aparece não porque você cria o momento, mas porque alguém chega e abre uma porta.”*

**Ayrton Senna**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus a minha principal fonte de inspiração e o dom da vida.

Aos meus pais por tudo que representam para mim, como base para minha formação pessoal e que sempre me incentivaram a correr atrás de tudo o que eu queria e me proporcionaram uma educação digna e de qualidade.

Aos meus irmãos que sempre confiaram em meus sonhos e me ensinaram a acreditar que era possível realiza-los.

Por fim, a meu esposo, que esteve sempre presente em todos os momentos mais difíceis, me dando carinho, atenção e me apoiando no que mais precisava para essa conquista.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, que me deu à vida, e acima de tudo à disposição para vivê-la.

A todos os meus amigos de turma que nesses dois anos conquistei com os quais aprendi a conviver e que compartilharam com minhas alegrias.

A professora orientadora - Claudia Pedral, minha admiração e gratidão, pela paciência, disponibilidade e competência.

A Creche Municipal, os professores e à direção, espaço que permitiu que gentilmente se realizasse a minha pesquisa.

Em especial, quero agradecer a minha amiga e irmã - Marlene Cunha Bispo, que sempre esteve ao meu lado, dando-me palavras de incentivo e me ajudando no que foi necessário.

Enfim, quero agradecer as colegas de turma Luciene, Silvânia, Zoraide, Maria das Graças, Edilene, Rita, Tatiane, Margarete, companheiras de luta, e todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização da pesquisa.

A todos, meu MUITO OBRIGADO.

## RESUMO

O processo de ensino-aprendizagem no contexto do ensino regular é um dos aspectos que vem se discutindo em busca de estratégias que proporcionem aos alunos a construção do conhecimento de forma significativa; e esta preocupação se estende às crianças com Síndrome de Down. Assim, esse trabalho monográfico teve por objetivo compreender o processo de desenvolvimento para aprendizagem de crianças com Síndrome de Down dentro do contexto do ensino regular. Para sustentar a discussão teórica, foi firmado um diálogo com alguns autores, dentro eles estão: Mantoan (1997), Oliveira (1993), Vygotsky (1984) e Souza (2002). A investigação de abordagem qualitativa, de cunho etnográfico, seguiu o percurso metodológico da entrevista semiestruturada. Os sujeitos foram professores de uma creche do município de Santa Bárbara-BA, a qual foi lócus de pesquisa. Os dados coletados permitiram conhecer e compreender as dificuldades que os professores enfrentam na promoção de um processo de ensino-aprendizagem de qualidade para todos, para crianças com Síndrome de Down, sendo possível perceber o despreparo de alguns professores, tornando-se urgente transformar a escola de ensino regular em um espaço inclusivo. Os resultados apontaram que é possível sim o aluno com Síndrome de Down se desenvolver, porém de uma forma mais lenta, não dependendo só do professor, mas de todos os envolvidos no processo. A pesquisa me possibilitou concluir, portanto, que se faz necessário valorizar e respeitar as diferenças individuais dos alunos; conhecer suas necessidades educacionais para que se faça as adaptações necessárias no desenvolvimento do processo educativo.

**Palavras-chave:** Processo de ensino-aprendizagem. Ensino regular. Síndrome de Down.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....                                     | <b>08</b> |
| <b>2 APRENDIZAGEM: CONCEITO E PROCESSO</b> .....              | <b>10</b> |
| <b>3 SÍNDROME DE DOWN</b> .....                               | <b>18</b> |
| 3.1 SINTOMAS E CARACTERÍSTICAS .....                          | <b>20</b> |
| 3.2 A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN E O PROCESSO DA INCLUSÃO . | <b>22</b> |
| 3.2.1 A Inclusão .....  | <b>26</b> |
| 3.3 A SÍNDROME DE DOWN E A ESCOLA REGULAR .....               | <b>29</b> |
| 3.4 APRENDIZAGEM DE PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN .....      | <b>33</b> |
| <b>4 METODOLOGIA</b> .....                                    | <b>40</b> |
| 4.1 ANÁLISE DOS DADOS/ ABORDAGEM DA PESQUISA .....            | <b>41</b> |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                           | <b>50</b> |
| <b>6 REFERÊNCIAS</b> .....                                    | <b>51</b> |
| <b>7 ANEXOS</b> .....   | <b>55</b> |
| <b>8 APÊNDICES</b> .....                                      | <b>58</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho exposto de Conclusão do Curso em Docência na Educação Infantil mereceu a minha atenção, diante das minhas inquietações e angústias que foram surgindo no ano de 2015, onde me deparei com uma situação vivida numa Creche na rede municipal de ensino, com uma criança com Síndrome de Down, em que me veio um questionamento: o que fazer para obter o desenvolvimento e a aprendizagem de uma criança com Síndrome de Down?

Ao longo do ano, comecei a perceber, entrando em contato com alguns autores como Vygotsky, Piaget e Wallon, onde me fizeram pensar acerca dessa situação.

Diante disso, me esmerei no processo de pesquisa, entrando nesse Curso de extensão em Especialização em Docência na Educação Infantil e me vi diante de ser pesquisadora no trabalho de monografia, em que desenvolvi o tema: “Processo de Aprendizagem da Criança com Síndrome de Down”. O interesse por este tema é resultado das inquietações já mencionadas, surgidas a partir do trabalho com um aluno com Síndrome de Down no espaço escolar em que atuo como professora, o que suscitou uma série de reflexões sobre o tema proposto.

Devido a essa minha inquietação, busco compreender esta realidade, levando esse desafio para o campo da atuação profissional. Neste contexto, o presente trabalho monográfico buscou analisar e compreender os aspectos de desenvolvimento e aprendizagem da criança com Síndrome de Down.

O desenvolvimento da convivência social com o diferente, com a diversidade requer de nós professores um novo olhar e reestruturação de nossa prática pedagógica para que possamos contribuir para o desenvolvimento integral de todas as crianças. Diante disso, como as práticas desenvolvidas na Educação Infantil podem favorecer a aprendizagem de crianças com necessidades educativas especiais?

Para responder a esta questão a pesquisa se voltou para objetivo geral de compreender como acontece o processo de aprendizagem da criança com Síndrome de Down no contexto do ensino regular.

E para efetivação deste objetivo geral foram elencados como objetivos específicos: investigar aspectos de desenvolvimento da Síndrome de Down; identificar fatores que possibilitam o desenvolvimento das crianças com Síndrome de

Down; reconhecer a importância do processo de inclusão para o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down.

Assim, esse trabalho foi estruturado da seguinte forma em 4 capítulos: o 1º capítulo encontra-se a introdução na qual se discorre de modo geral sobre o presente trabalho; o 2º capítulo apresenta o conceito e o processo de aprendizagem; o 3º capítulo, um breve histórico sobre a Síndrome de Down e suas características, envolvendo o processo de inclusão, o ensino regular e o processo de aprendizagem das crianças com Síndrome de Down; o 4º capítulo, apresento a trajetória metodológica, através de uma abordagem qualitativa, apresenta-se os sujeitos envolvidos e descreve-se todo caminho trilhado para responder as indagações que foram proposta neste estudo. Por fim, esta apresenta a análise de dados, a partir do estudo de campo, transcrevendo as respostas obtidas a partir de um questionário aplicado fazendo-se uma análise destas respostas, e finalizando todo o trabalho com as considerações finais na qual está descrita minha percepção acerca dos estudos realizados.

## 2 APRENDIZAGEM: CONCEITO E PROCESSO

Inúmeros são os teóricos que discutem a teoria da aprendizagem, cada um deles define e aponta os principais aspectos que devem ser analisados para o entendimento desta temática.

A partir do contexto da Educação Infantil e da minha experiência vivida com crianças nesta modalidade de ensino percebi que durante o processo de ensino-aprendizagem as crianças apresentam um processo de aprendizagem num momento desenvolvimentista de uma forma tranquila, a criança aprende cores, formas, número de uma forma processual e diante dos estímulos dados na Educação Infantil.

Contudo, nesse processo percebi que existiam algumas alterações e confrontos de aprendizagem com as crianças que apresentavam alterações, a exemplo: Síndrome de Down. Dentro do histórico do entendimento da teoria da aprendizagem autores como Wallon (1992), Vygotsky (1993) e Piaget (1993) apresentam suas teorias para que possamos compreender como funciona o processo de aprendizagem das crianças.

De acordo com Wallon (1992) a aprendizagem dar-se a partir da evolução da espécie humana, a qual fez do homem um ser geneticamente social, desenvolvendo nele aptidões específicas. O desenvolvimento deste potencial pela espécie tem na sua base a vida em sociedade que pressupõe objetivos comuns e necessidade de comunicação. Assim, “[...] o desenvolvimento da inteligência se processa em um organismo a priori capaz disso, dependendo para tanto de seu encontro com o meio social” (WALLON *apud* MAHONEY, 2000, p. 11).

Desta forma, a aprendizagem ocorre, nos estudos wallonianos, partindo-se da “[...] troca de saberes propicia uma construção coletiva e visa o desenvolvimento total do indivíduo” (WALLON *apud* ROGERS, 1991, p. 36).

O conceito de aprendizagem para Wallon (1992) envolve uma relação entre os indivíduos que aprendem e o indivíduo que ensina, pois para este teórico “[...] a construção de qualquer tipo de conhecimento não é unilateral e modifica todas as partes envolvidas no processo” (WALLON *apud* ROGERS, 1991, p. 37).

Em detrimento a tudo isso nós temos Vygotsky (1993) que entra por uma questão sociointeracionismo colocando a aprendizagem como o processo através do qual a criança se apropria ativamente do conteúdo ensinado e da experiência

humana, ou seja, daquilo que o seu grupo social conhece. Para que a criança aprenda há a necessidade da interação com outros indivíduos, especialmente com os adultos e com outras crianças mais experientes (VYGOTSKY *apud* COLE, 1994, p. 21).

Tendo, sua visão no meio e na interação Vygotsky denota a interdependência que há entre os elementos que envolve a aprendizagem: criança x professor x conhecimento. Vygotsky (*apud* Oliveira, 1993) denota que:

Em Vygotsky, justamente por sua ênfase nos processos sócio-históricos, a ideia de aprendizagem inclui a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo. O termo que ele utiliza em russo (*obuchenie*) significa algo como processo de ensino aprendizagem, incluindo sempre aquele que aprende, aquele que ensina, e a relação entre as duas pessoas. Pela falta de um termo equivalente em inglês, a palavra *obuchenie* tem sido traduzida ora como ensino ora como aprendizagem e assim re-traduzida em português (VYGOTSKY *apud* OLIVEIRA, 1993, p. 57).

Vale ressaltar, que foi Vygotsky um dos primeiros autores a diferenciar o processo de aprendizagem da criança e a formação escolar. Para este teórico, a aprendizagem começa no ingresso à escola. Nessa afirmação é evidenciado que o processo de formalização do conhecimento proposto pela escola não é a única fonte que o sujeito possui para aprender, isto está inato nas capacidades humanas, conseguindo aprender através de qualquer situação vivida (VYGOTSKY *apud* OLIVEIRA, 1993, p. 63).

A conceituação de aprendizagem que é apresentada por Vygotsky é sinalizada por Oliveira (1993) a qual é vista como “[...] o processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes, valores e etc. a partir do seu contato com a realidade, o meio ambiente e as outras pessoas” (VYGOTSKY *apud* OLIVEIRA, 1993, p. 57), percebe-se que não se aprende num passe de mágica, mas a partir da interação com seus pares e meio ambiente.

A compreensão do papel da educação no desenvolvimento dos seres humanos, partilhada por Vygotsky (1993) e Freire (1996), é baseada na preocupação de ambos com o desenvolvimento integral dos indivíduos: na filosofia marxista, no enfoque construtivista, na importância do contexto social e na crença na natureza dos seres humanos.

Vygotsky (1993) demonstra que a efetividade na interação social coopera no desenvolvimento de altas funções mentais, tais como: memória voluntária, atenção

seletiva e pensamento lógico. Sugere, também, que a escola atue na estimulação da zona de desenvolvimento proximal, pondo em movimento processos de desenvolvimento interno que seriam desencadeados pela interação do educando com outras pessoas de seu meio.

Percebe-se que para haver a aprendizagem efetiva torna-se necessário que haja a mediação para que o educando avance na construção de novos conhecimentos. Neste contexto, Vygotsky (1993) em seus estudos expõe que com a mediação, com a ajuda do professor ou de um educando mais avançado o educando pode avançar, construir outros saberes.

Para Vygotsky há três níveis ou zonas de desenvolvimento no processo de aprendizagem de qualquer educando:

[...] o nível de desenvolvimento proximal que é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VYGOTSKY *apud* COLE, 1994, p. 97).

Observa-se que a construção do conhecimento perpassa por zonas, etapas que cada criança deverá passar com a ajuda de outro indivíduo.

Esses autores, tanto Wallon quanto Vygotsky tramitam entre o processo de aprendizagem sócio e individual. Em detrimento a isso surge no âmbito da teoria Piaget onde apresenta também um conceito de aprendizagem.

Segundo Piaget<sup>1</sup>, o conhecimento não está no sujeito–organismo, tampouco no objeto–meio, mas é decorrente das contínuas interações entre os dois. Para ele, a inteligência é relacionada com a aquisição de conhecimento à medida que sua função é estruturar as interações sujeito-objeto.

Numa concepção bastante adiantada para o tempo Piaget (1976) vem afirmar que “[...] a aprendizagem humana depende do nível de desenvolvimento cognitivo, seja do simples ato de segurar um objeto até as abstrações e raciocínio mais complexos” (PIAGET, 1976 *apud* MACEDO, 1994, p. 124).

---

<sup>1</sup>Vale salientar que Piaget não estabeleceu nenhuma teoria, mas um método psicogenético, o qual, segundo Coll e Gilliéron (1987), tem como objetivo "compreender como o sujeito se constitui enquanto sujeito cognitivo, elaborador de conhecimentos válidos" (COLL E GILLIÉRON, 1987, p. 30).

Nesta perspectiva, a aprendizagem é visualizada como um processo que modifica o comportamento do indivíduo adquirido por meio da experiência construída a partir da interação/mediação.

Entretanto, para se aprender ou adquirir a aprendizagem torna-se necessário que sejam proporcionadas condições favoráveis, que se compreenda que cada um, que cada criança/aluno tem um ritmo próprio, e que dentre as diversas condições encontra-se a capacidade da criança em construir e reconstruir o conhecimento.

Neste sentido é que Piaget (1976) divide o desenvolvimento humano em estágios: Estágio Sensório-motor: de 0 a 2 anos; Estágio pré-operatório: de 2 a 7 anos; Estágio de Operações Concretas: de 7 a 11 ou 12 anos.

A importância do desenvolvimento cognitivo é um ponto em comum entre as abordagens de Vygotsky e Piaget, pois consideram que é advindo da experiência e ação sobre o meio, que ocorre o desenvolvimento da criança, a diferença está no fato de que o construtivismo piagetiano define o ambiente essencial partindo dos estímulos que se oferece; já a segunda posição teórica privilegia fortemente as relações pessoais e a influência cultural (PALANGANA, 1994).

Para esses teóricos da aprendizagem acima mencionados todo o ser humano experimenta a arte de aprender e ensinar à medida que este interage com o mundo ao seu redor. A educação se processa naturalmente, viabilizando a sobrevivência dos seres vivos em geral.

Os contornos de complexidade equacionados na arte de ensinar demonstram a necessidade de uma visão mais aprofundada sobre as motivações que devem ser estimuladas para que o ensino dos conteúdos seja contextualizado à realidade do educando.

Todo ser humano possui uma trajetória de vida que é preenchida com vivências singulares que proporcionam aprendizagens fantásticas, permitindo que o ser evolua e construa uma nova visão de mundo. É nesse contexto que situo a minha trajetória profissional na Educação Infantil, função que exerço como professora, mediadora da construção do conhecimento.

É neste contexto educativo que se percebe a suma importância da mediação no processo de aprendizagem, pois na sala de aula em que leciono percebo que a construção do conhecimento pelas crianças do Grupo 2 se dá de forma dinâmica, pois a aprendizagem não acontece apenas em um dado momento, mas num processo

contínuo em que a linguagem é fundamental. Neste sentido, é que Oliveira (1993) pontua que:

[...] a linguagem fornece os conceitos e as formas de organização do real que constituem a mediação entre os sujeitos e o objeto de conhecimento. A compreensão das relações entre pensamento e a linguagem é, pois, essencial para a compreensão do funcionamento psicológico do ser humano (OLIVEIRA, 1993, p. 43).

Analisando o que pontua Oliveira (1993) sobre os estudos de Vygotsky pode-se afirmar que a construção do conhecimento de qualquer criança é potencializada, desenvolvida a partir da interação desta com outras pessoas mais experientes, no caso podendo ser o educador ou mesmo um colega em que sinta confiança, que possua uma linguagem semelhante a sua.

A partir dos estudos dos diversos teóricos sobre a aprendizagem, principalmente o Piaget, percebi que através do lúdico em sala de aula se processa a construção de conhecimentos, principalmente nos períodos sensório-motor e pré-operatório. Através dos estudos sobre a teoria de Piaget estes mostrou-me que a criança desenvolve-se de forma integrada nos aspectos cognitivos, afetivos, linguísticos, físico, motor, morais e sociais quando brinca, através de uma linguagem coerente com a fase escolar em que se encontram.

Percebe-se que ser educador na atualidade demanda muita competência técnica, bem como habilidades pedagógicas para que se possa promover um processo de ensino e de aprendizagem em que a criança seja sujeito e não mero telespectador no processo educativo. O processo de aprendizagem é gradativo, ocorrendo passo-a-passo, envolvendo vários aspectos, e como afirma Pain (1985):

[...] o processo de aprendizagem é extremamente complexo, pois envolve aspectos cognitivos, emocionais, orgânicos, psicossociais e culturais. Tal processo é desencadeado a partir da motivação que ocorre no interior do indivíduo. (PAIN, 1985, p. 46).

Desse modo, que a educação vê a aprendizagem como o seu objetivo e finalidade. No entanto, é necessário que antes o indivíduo se assuma como sujeito, tenha um auto-conhecimento, entendendo suas limitações, suas aspirações, seu lugar no espaço em que vive. Compreendendo a sua essência e as possíveis interferências externas que o envolve e marcando afinal a formação do seu caráter, aceitando a si

mesmo como sujeito e estabelecendo a sua individualidade (MACEDO, 1994).

Com a individualidade constituída o sujeito é então um ser capaz de tomar decisões, ter opiniões próprias e estabelecer os parâmetros dessa individualidade, tendo a necessidade de se expressar, de entender e se fazer entender.

É no desenvolvimento do processo de aprendizagem que o indivíduo torna-se um ser crítico, autônomo, que pensa e vive politicamente, tendo liberdade suficiente para questionar o que está previamente estabelecido, lutar pelo o que acredita e mostrar com suas ações as suas ideologias.

Dessa forma, o ressignificar dos processos educativos, a conscientização da família quanto ao seu papel de incentivadora da aprendizagem do filho enquanto educando, e a abertura de espaços e tempos nas escolas, irão favorecer a formação dos sujeitos, concebendo-os como seres autônomos e construtores do seu próprio conhecimento, viabilizando a transformação social e as mudanças necessárias no seu contexto escolar e na própria comunidade (COLE, 1994).

Vale salientar que muitos são os fatores que contribuem ou interferem para o desenvolvimento do processo de aprendizagem, além da família. Dentre estes encontra-se a afetividade. É neste patamar que Wallon (1992) se insere, pois o mesmo concebe que desde o período infantil que as relações afetivas são fundamentais para que o educando se desenvolva eficazmente.

Percebe-se que o aspecto afetivo em muito influencia para o desenvolvimento significativo do processo de aprendizagem de todo e qualquer educando, pois é a partir deste aspecto que o educando cria a confiança e estabilidade emocional para que possa desenvolver seu cognitivo, suas habilidades e capacidades necessárias para a construção de conhecimentos. De acordo com Piaget (1976 *apud* SOUZA, 2002) a afetividade possui grande relevância no processo de aprendizagem, e neste sentido afirmou:

[...] reconheceu sua importância para o desenvolvimento psicológico, fazendo uma correspondência entre as evoluções afetivas e cognitivas ao longo da vida dos indivíduos. Sua conceituação de afetividade está indissociavelmente ligada à inteligência e se manifesta nas ações e condutas dos indivíduos, sendo responsável pelo rumo que as ações tomam em direção aos objetos. A afetividade dá aos objetivos e as metas para as ações de conhecimento do mundo, estando associada aos interesses e escolhas que o sujeito faz (PIAGET, 1976 *apud* SOUZA, 2002, p. 32).

De acordo com o exposto pode-se perceber que a afetividade deve estar pre-

-sente no cotidiano da sala de aula para que se construa a aprendizagem significativa. Entretanto, outros elementos, também, interferem no processo de aprendizagem dos alunos, além da afetividade e do âmbito familiar, dentre estes reside a motivação.

É neste contexto que se reafirma o que propõe os estudos de Vygotsky (1998) quando denota a existência da interação para que ocorra a aprendizagem.

Um conceito central para se compreender o fundamento sócio histórico do fundamento psicológico é o conceito de mediação, que nos remete ao terceiro pressuposto vygotskiano, a relação do homem com o mundo não é uma relação direta, mas uma relação mediada, sendo os sistemas simbólicos os elementos intermediadores entre o sujeito e o mundo (OLIVEIRA, 2000, p. 41).

A partir desses aspectos é que se pode perceber que o processo de aprendizagem se dá, sobretudo, através da interação, uma interação social, uma construção coletiva do saber, como defende Vygotsky (1998) em sua visão sociointeracionista.

Assim, é necessário que o professor, seja um mediador<sup>2</sup> dos conteúdos e/ou conceitos específicos da área em que atua, proporcionando aos alunos as possibilidades para o desenvolvimento de sua aprendizagem.

É nesta perspectiva que busco em minha sala de aula tornai-me uma mediadora tendo uma visão diferenciada para cada aluno, reconhecendo que cada um desenvolve-se diferentemente, e assim, procuro desenvolver atividades significativas que proporcionem aos alunos dos quais sou responsável uma aprendizagem significativa.

Busco sempre em minha sala de aula estar atenta ao ritmo e interesse dos alunos, bem como as suas dificuldades de aprendizagem. E isto encontra-se bem acentuado quando observo que em minha sala tem um aluno com necessidade educativa especial: Síndrome de Down. Assim, procuro desenvolver atividades diferenciadas em que este aluno tenha condições para desenvolvê-las e possa construir saberes.

Para tanto, busco sempre motivá-lo, não só a este aluno, mas a todos, para que o processo de aprendizagem se efetive realmente, tendo como aliado a afetivi-

---

<sup>2</sup>Kohl (1993, p. 26) ao abordar a questão, explicita que: “Mediação, em termos genéricos, é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento”.

-dade que busco ter com cada aluno, para que estes tenham confiança em si mesmo e na minha ajuda.

Além disso, busco sempre proporcionar atividades coerentes com a fase educativa em que se encontram estes alunos, observando o estágio cognitivo dos alunos para que o objetivo final seja alcançado: a aprendizagem. Neste sentido, é que Cunha (2008) sinaliza que:

É importante que o professor conheça os estágios cognitivos do seu aluno, para utilizar os mecanismos educativos apropriados que promovam práticas pedagógicas estimulativas não restritas, adequadas ao período de amadurecimento de cada idade (CUNHA, 2008, p. 57).

É preciso que se esteja atento aos estágios cognitivos, bem como ao ritmo emocional de cada aluno para que se efetive a aprendizagem tão esperada. Isto sendo decorrente que cada indivíduo/aluno possui sua inteligência a qual deve ser desenvolvida de forma eficiente para que se forme indivíduos integrais.

Como afirma Freire (2005) “[...] o educador deve se comportar como um provocador de situações, um animador cultural num ambiente em que todos aprendam em comunhão [...]” (FREIRE, 2005, p. 35), não deixando de lado ninguém, pois todos têm potencialidades, bastando que haja incentivos para que estas se desenvolvam.

Portanto, pode-se afirmar que a aprendizagem não é algo que acontece de uma hora para outra, mas é uma construção constante que envolve uma relação efetiva e afetiva com o meio social em que se encontra inserido os educandos, e com o professor, assim, deve-se oportunizar aos educandos oportunidades com atividades diferenciadas e diversas para que possam construir suas hipóteses e construir seu próprio conhecimento.

### 3 SÍNDROME DE DOWN (CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS)

A oferta de uma educação inclusiva requer a abertura dos espaços escolares à diversidade para o convívio com as diferenças, proporcionando a todos que fazem parte do processo educativo (alunos, professores, direção, funcionários de apoio, etc.) o desenvolvimento da convivência social com o diferente, e tudo isso requer que os sistemas de ensino se reestruturem para esse fim.

Partindo-se desta perspectiva é que se pode afirmar que dentro destas diferenças encontram-se as crianças com necessidades educativas especiais como a Síndrome de Down (SD).

Fazendo-se uma retrospectiva histórica pode-se observar que sempre existiram indivíduos portadores de Síndrome de Down na humanidade. Os estudos teóricos pedagógicos e, também, na área da medicina sobre a SD surgiram há muito tempo atrás, datando do século XIX.

Apesar do avanço e evolução dos estudos sobre a Síndrome de Down, a criança com SD por muito tempo foi considerada uma criança, incapaz, além de ser considerada por algumas sociedades como filhos do demônio. Na Filosofia Grega essas crianças eram vistas como um tipo de monstro, aberrações pertencentes a outra espécie que não a humana.

O registro antropológico mais antigo da Síndrome de Down deriva das escavações de um crânio saxônico, datado do século VII, apresentando modificações estruturais vistas com frequência com crianças com a síndrome.

A primeira descrição de uma criança que se presumia ter a síndrome foi fornecida por Jean Esquirol, em 1838. Logo a seguir, em 1846, Edouard Seguin descreveu um paciente com feições que sugeriam Síndrome de Down, denominando a condição “*idiotia furfurácea*”. Naquele mesmo ano (1846), John Langdon Down, publicou um trabalho no qual descreveu algumas características da Síndrome que hoje leve seu nome.

Segundo Pueschel (1998) foi em 1866 que Durcam registrou uma menina “com uma cabeça pequena e redonda, olhos parecidos com os chineses projetando a língua, uma grande língua e que só conhecia algumas palavras”. No mesmo ano, John Langdon Down, o médico britânico, descreveu em seu trabalho algumas características da Síndrome que hoje recebe o seu nome. Down (1866 *apud* PUESCHEL, 1998) sinalizou que:

O cabelo não é preto, como é o cabelo do verdadeiro mongol, mas é de cor castanha, lisa e escassa. O rosto é achatado e largo. Os olhos posicionados em linha oblíqua. O nariz é pequeno. Estas crianças têm um poder considerável para a imitação (DOWN, 1866 *apud* PUESCHEL, 2007, p. 48).

O teórico Pueschel (1998) denota que o médico britânico – Down merece o crédito pelo reconhecimento e caracterização clássica desta síndrome ao distinguir essas crianças de outras com deficiência mental, em particular aquelas com cretinismo (uma desordem congênita da tireoide).

Muitas são as síndromes existentes, dentre estas se encontra a Síndrome de Down. A partir dos estudos realizados a Síndrome de Down ocorre no início da gravidez e é uma alteração genética proveniente de uma má formação do bebê, o que resulta num atraso do desenvolvimento, tanto das funções motoras quanto das funções mentais.

O nome dado à síndrome é uma homenagem ao médico britânico/inglês John Langdon Down, cujo trabalho de pesquisa, a partir de 1866, foi o pioneiro na identificação das características das pessoas portadoras de tal síndrome.

Este médico descreveu esta síndrome afirmando que, diferentemente do indivíduo dito normal, o nascido com Síndrome de Down é possuidor de 47 cromossomos, sendo que o extra é ligado ao cromossomo do par 21. Neste sentido é que Pueschel (1998) pontua que:

Cromossomos são minúsculas estruturas em forma de barras que portam os genes; estão contidos no núcleo de cada célula e só podem ser identificados durante certa fase de divisão celular utilizando-se um exame microscópico (PUESCHEL, 1998, p. 54).

A partir de 1930, alguns médicos concordaram que a síndrome de Down poderia ser causada por uma alteração cromossômica. Assim, no início de 1956, com a chegada de novos métodos de pesquisa em laboratório, foi possível comprovar que, em lugar dos 46 cromossomos esperados, o portador da síndrome apresentava 47 em cada célula humana normal.

Em 1959, o geneticista francês Jérôme Lejeune anunciou ter encontrado nas crianças com Down 47 cromossomos em cada célula, diferentemente dos 46 presentes nas células normais: “ao invés dos 46 esperados e, ao invés dos dois cromossomos 21 comuns, encontrou três cromossomos 21 em cada célula, o que levou ao termo trissomia do par 21” (PUESCHEL, 1998, p.54).

A Síndrome de Down (SD) é a síndrome genética de maior incidência e tem como principal consequência à deficiência mental. A incidência da SD em nascidos vivos é de 1 para cada 600/800 nascimentos, tendo uma média de 8000 novos casos por ano no Brasil. De acordo com os dados levantados pelo IBGE, com base no censo 2000, existem 300 mil pessoas com SD no país, com expectativa de vida de 50 anos, sendo esses dados bastante semelhantes às estatísticas mundiais (SCHWARTZMAN, 1999).

Segundo Pueschel (1998), muitos autores salientam que o desenvolvimento cognitivo das crianças com Síndrome de Down, do tipo mosaicismo, é melhor do que o das portadoras da trissomia 21, isto implica afirmar que a criança com SD podem aprender com mais facilidade do que as crianças com trissomia 21.

Portanto, os dados descritos acima apontam para a crescente necessidade de se buscar conhecimentos sobre a SD, em todos os aspectos, biológicos, sociais e culturais, visto que, apesar de ser um assunto que recebe vasta atenção da comunidade científica, muitas vezes a descoberta não chega de forma apropriada àqueles profissionais que trabalham nas escolas e/ou instituições de ensino.

### **3.1 SINTOMAS E CARACTERÍSTICAS**

As características da Síndrome de Down apresentam-se de forma variada de pessoa para pessoa (SCHWARTZMAN, 1999). Os médicos, frequentemente, são capazes de reconhecer os bebês com Síndrome de Down imediatamente após o seu nascimento. Tipicamente, os recém-nascidos com Síndrome de Down têm diferenças na face, pescoço, mãos e pés, bem como no tônus muscular. O conjunto dessas características dá início às suspeitas do médico. Depois de examinar o recém-nascido, os médicos geralmente irão solicitar estudos cromossômicos para confirmar o diagnóstico.

As características básicas das pessoas com SD são: tônus muscular baixo, denominado de hipotonia. O tônus baixo geralmente afeta todos os músculos do corpo. E esse é um aspecto físico significativo, que afeta os movimentos, a força e o desenvolvimento do bebê (SCHWARTZMAN, 1999).

Vale ressaltar que a maioria das características físicas ligada à Síndrome de Down afeta a capacidade de crescimento e aprendizagem da criança, mas, não a impede de desenvolver-se cognitivamente. Porém o tônus muscular baixo prejudica

o desenvolvimento de habilidades como rolar, sentar, levantar e caminhar etc.

No que tange ao aspecto educativo as crianças com Síndrome de Down são crianças que necessitam de um olhar mais específico de todos aqueles que fazem parte do processo educativo. Desse modo, Voivodic (2008) deixa clara a afirmação: “O ser humano é muito mais que sua carga biológica, e é por meio de interações com o meio e da qualidade dessas interações, que cada indivíduo se constrói ao longo de sua vida.” (VOIVODIC, 2008, p. 48).

A criança com Síndrome de Down necessita ser acompanhada e orientada para que possa desenvolver-se, tornando-se, na medida do possível, mais autônoma, desenvolvendo suas competências e habilidades para o acesso a esta sociedade que demanda indivíduos críticos, participativos e transformadores. Neste sentido, é que Melero (1999 *apud* VOIVODIC, 2008) afirma que:

Uma criança com síndrome de Down apresenta um processo de aprendizagem mais lento em relação a outras crianças, já que sua idade cronológica é diferente de sua idade funcional, o que não nos permite esperar uma resposta idêntica à das demais crianças no processo de aprendizagem (MELERO, 1999 *apud* VOIVODIC, 2008, p. 34).

Assim, toda criança com Síndrome de Down pode desenvolver-se cognitivamente dentro do processo educativo, bastando que seja acompanhada e orientada mais especificadamente na realização dos estudos e análises.

O desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down dependerá muito dos estímulos que recebem e do meio em que vivem. Neste sentido é que Costa (2011) sinaliza que:

Não existe nenhum manual que expresse as possibilidades de desenvolvimento de qualquer criança [...] cada criança é um ser único, que pode ter mais ou menos dificuldades de se adequar ao mundo. [...] os estímulos e a atenção adequadas dispensadas a essas crianças desde o nascimento podem fazer com que os mesmos superem as expectativas de desenvolvimento (COSTA, 2011, p. 18).

A educação vê a aprendizagem como o seu objetivo e finalidade. No entanto, é necessário que antes o indivíduo/aluno se assuma como sujeito, co-autor da construção do conhecimento, entendendo suas limitações, suas aspirações, seu lugar no espaço em que vive.

Torna-se necessário que os professores proporcionem às crianças com Sí-

-drome de Down, principalmente, a compreensão da sua essência e as possíveis interferências externas que o envolve e marcando afinal a formação do seu caráter, aceitando a si mesmo como sujeito e estabelecendo a sua individualidade.

A teórica Voivodic (2008) denota que:

[...] a saída, do foco das dificuldades do aluno para a forma como ensiná-lo poderá contribuir para as mudanças na escola, que facilitarão o caminho ao objetivo de fazer com que o aluno participe de atividades e sinta que pode contribuir de alguma forma. Valorizar a diversidade é proporcionar condições para que cada indivíduo desenvolva plenamente seu potencial (VOIVODIC, 2008, p. 7).

Observa-se, assim, que as possibilidades de desenvolvimento da criança com Síndrome de Down é a compreensão de que a síndrome não se constitui em uma doença, que pode ser prevenida, que se tem cura ou tratamento para se diminuir o grau do comprometimento na base cognitiva.

Portanto, é de suma importância que os espaços escolares organizem seu processo educativo que oportunizem as crianças com Síndrome de Down o seu desenvolvimento social, motor, afetivo e da linguagem. Nesta perspectiva Alves (2007) sinaliza que: “cabe, portanto, ao professor ser investigador, ou seja, aquele que ouve, vê e procura compreender o potencial de cada criança com quem trabalha” (ALVES, 2007, p. 39).

### **3.2 A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN E O PROCESSO DA INCLUSÃO**

A sociedade atual avança constantemente e por consequência demanda da escola novas posturas, tais como a inclusão efetiva da criança com deficiência no processo de ensino-aprendizagem.

Propor uma escola, educação inclusiva demanda a abertura, valorização e respeito à diversidade para que todos tenham a oportunidade de conviver com o diferente e, assim, se construa os novos saberes a partir desta convivência, troca.

É preciso que os envolvidos no processo educativo possam organizar e desenvolver um ensino inclusivo com projeto pedagógico reflexivo, observando-se as peculiaridades dos estudantes com ou sem deficiência.

A inclusão escolar traz benefícios reais para todos os envolvidos no processo educativo, pois será uma excelente oportunidade de se viver a experiência

da diferença, pois “A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito ocupem o seu espaço na sociedade” (MANTOAN, 1997, p. 25). De acordo com BUENO (1999):

[...] dentro das atuais condições da educação brasileira, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência (BUENO, 1999, p. 7).

Assim, a educação inclusiva é aquela que oferece um ensino adequado às diferenças e às necessidades de cada aluno e não deve ser vista literalmente ou isolada, mas, como parte do sistema regular. Para tanto, o quesito indispensável para a efetivação deste conceito é a formação adequada e contínua do professor (SANT’ANA, 2005; GLAT & FERNANDES, 2005).

Leciono numa creche, numa turma com 14 crianças, dentre estas se encontra um aluno com necessidades educativas especiais.

A inclusão escolar é uma situação atual, direito garantido por lei, porém para incluir alunos com deficiência, a exemplo da Síndrome de Down, num ensino regular, o professor deve ser um profissional preparado e a escola também.

Apesar da creche não ter nenhuma infraestrutura para receber alunos com deficiência, procuro assumir o papel de mediador, de educador para todo e qualquer aluno, com ou sem deficiência, pois a responsabilidade de educar encontra-se comigo e não na escola. Neste sentido é que Barbosa E Gomes (2005) pontuam que:

Enquanto os docentes não modificarem e redimensionarem sua prática profissional para ações mais igualitárias, isto é, não se posicionarem efetivamente como responsáveis pelo ato de educar também alunos com necessidades educacionais especiais, o professor terá diante de si um obstáculo e não um estímulo para aproveitar todas as oportunidades de formação permanente (BARBOSA e GOMES, 2005 p. 8).

Assim, as propostas educacionais inclusivas vêm exigindo dos professores ações integradas que venham a facilitar o desenvolvimento e a formação integral da criança com Síndrome de Down, em específico.

Embora se evidenciem avanços significativos do ponto de vista do direito e sua concretização, as dificuldades persistem no plano das políticas governamentais, ações educativas e relações sociais, no cotidiano das escolas, como da família e da

sociedade onde prevalece às atitudes preconceituosas para com a criança com Síndrome de Down, especificadamente, e muitas vezes, a negação dos direitos de cidadania, já conquistados e garantidos pela Constituição Brasileira (1988).

Assim, a introdução de ferramentas pedagógicas especifica no ambiente educacional, promoverá à capacitação do professor e da criança com Síndrome de Down para adaptar-se continuamente a novos conhecimentos, resolver problemas de forma criativa, processar e disseminar informações, dominar e utilizar as tecnologias, e desenvolver novos tipos de relacionamento com seus pares a partir do trabalho cooperativo (SÁ, 2011). Além desse aspecto, outro é de suma importância, como sinaliza Sá (2011):

A disponibilidade, atitudes e posturas do educador serão decisivas no sentido de abrir ou fechar as potencialidades do conhecimento ou de descobrir ou ignorar as potencialidades de qualquer pessoa. Ou seja, o perfil pretendido será delineado pelo exercício da ação pedagógica [...] (SÁ, 2011, p. 2).

Mas, mesmo partindo desses aspectos, é preciso que a inclusão seja entendida como processo de garantia do acesso imediato e contínuo da criança com Síndrome de Down ao espaço comum da vida em sociedade, independentemente do grau de deficiência que apresente.

Na realidade que atuo – ministrando aula numa creche sempre estou buscando desenvolver uma prática inclusiva para com um aluno com Síndrome de Down. Inicialmente me senti insegura e curiosa diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades educativas especiais em minha sala de aula, pois o aluno em que vivi essa experiência de inclusão apresentava-se muito inquieto, não se concentrava, tomava remédio controlado.

Ele não conseguia realizar as atividades propostas em sala, pois apresentava-se hiperativo e destruía tudo ao seu redor. Havia necessidade de ter um profissional exclusivamente para ele. De acordo com Aranha e Silva (2005):

Pensar a Educação Inclusiva como uma possibilidade de construção de uma sala de aula melhor na qual aluno e professores sintam-se motivados a aprender juntos e respeitá-los nas suas individualidades parece que realmente pode vir a ser um progresso na história de Educação brasileira (ARANHA e SILVA, 2005, p. 4).

Vale sinalizar que as crianças com Síndrome de Down, aqui em específico,

precisam participar ativamente de seu processo de inclusão. Entretanto, para zelar pelas crianças que necessitam de atenção especial na educação regular é preciso criar uma rede de apoio que envolva todos os atores.

Percebo que é através da inclusão que a criança desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e autoestima, preparando-se para ser um cidadão, independente das diferenças, contudo não tenho nenhuma formação na área e nem apoio para me auxiliar no meu trabalho tanto no que se refere ao aspecto físico quanto ao pedagógico.

Desta forma, observa-se que para haver efetivamente uma educação inclusiva, em específico a inclusão do indivíduo com SD, torna-se necessário, além de recursos, materiais didáticos adaptados, uma ação educativa voltada para o respeito e a valorização das diferenças entre os que aprendem e os que ensinam, atentando que a aceitação das diferenças são fatores importantes que repercutem positivamente na elaboração do conhecimento e internalização do mundo exterior da criança com Síndrome de Down (MANTOAN, 1997).

Salientando essa reflexão os autores Anjos, Andrade e Pereira (2009) apontam, também, os sentimentos dos professores com relação a seu trabalho, destacando-se: o choque sentido por eles, no início do trabalho, com os alunos com deficiência, faz com que percebam um vazio na sua formação e a falta de treinamento e conhecimentos específicos, assim como o fato de que esses novos sujeitos, na sala de aula, exigem novas capacidades e novos modos de pensar também do professor.

Dessa maneira, além da formação continuada é fundamental que o professor conte com uma rede de apoio na escola para auxiliá-lo no desenvolvimento de seu trabalho, a qual pode ser composta pelo coordenador pedagógico ou ainda pela articulação de seu trabalho ao de uma sala de apoio e acompanhamento a inclusão (SAAI).

Neste sentido, a inclusão escolar se torna um desafio que deve ser devidamente enfrentado pelos sistemas de ensino, principalmente pela equipe pedagógica para que se possibilite um processo-aprendizagem para estes alunos com necessidades educativas específicas.

Com relação a isso Mantoan (1997) indica que para a desconstrução desse sistema, temos então de assumir uma posição contrária à perspectiva da identidade “normal”, que justifica essa falsa uniformidade das turmas escolares. A diferença é,

pois, o conceito que se opõe para que possamos defender a tese de uma escola para todos.

Partindo deste contexto é que se torna necessário o conhecimento de como se deve desenvolver este processo para estes alunos buscando proporcionar-lhes construir o conhecimento de forma significativo.

### **3.2.1 INCLUSÃO**

Pesquisas realizadas recentemente pela SAEB (Secretaria da Administração do Estado da Bahia, 2003) evidenciaram que cerca de 30% dos estudantes ao concluírem o 5º Ano do Ensino Fundamental I apresentam deficiências no desenvolvimento da aprendizagem de conteúdos elementares do currículo.

Se já são alarmantes estes dados referentes ao desenvolvimento da aprendizagem no ensino regular, o que dizer então quando se trata do desenvolvimento da criança com Síndrome de Down (SD) de modo que o processo da aprendizagem se torne de fato instrumento para a tão almejada inclusão social? Para dar conta desta problemática, realizam-se uma vasta discussão e pesquisa no meio científico e acadêmico objetivando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Dentro desta perspectiva, conhecendo-se a variedade de questões que interferem no processo de ensino-aprendizagem, torna-se necessário investigar a possibilidade de construir o fazer educativo adequado a um agrupamento específico: o das crianças com Síndrome de Down. Neste sentido Pueschel (1998) afirma:

Tanto a literatura volumosa sobre intervenção precoce com crianças portadoras de deficiência quanto minha própria extensiva experiência pessoal indica que as limitações físicas e intelectuais da criança com Síndrome de Down podem ser modificadas por meio do manejo competente e do treinamento precoce [...] (PUESCHEL, 1998, p. 116).

Entretanto, para que o professor possa mediar este processo, detenha ou assuma o papel de facilitador da aprendizagem destas crianças com Síndrome de Down (SD) é preciso que o mesmo tenha uma visão sobre o que é a Síndrome e torna-se necessário que este tenha claro o que é, quais são as características desta síndrome dentro do contexto educativo e social.

A educação escolar é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamen-

da cidadania e para o benefício de todas as crianças com e/ou necessidade educativa especial (NEE) em específico.

Partindo dessa perspectiva é que a escola deve adaptar-se para que assim possa atender as demandas que permeiam esses espaços educativos, permitindo que todos, com ou sem NEE, tenham acesso e permanência neste espaço.

Mas, para tanto, torna-se necessário à adequação estrutural, bem como pedagógica, para que ocorra se efetive a inclusão, e o âmbito escolar possa realmente promover uma educação inclusiva, onde todos tenham voz e vez.

Neste sentido é que a LDB -1996 (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) traz em seu bojo denotações que prezam pelo zelo da aprendizagem do aluno com necessidades especiais na modalidade de educação escolar, isto sendo afirmado em seus artigos 58 e 59.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...] (BRASIL, 1996, Art. 58).

Percebe-se uma preocupação e uma atenção voltada mais especificadamente para a educação das crianças com necessidades educativas especiais, e essa preocupação vai se alargando e amadurecendo em leis, portarias, comissões (CASAGRANDE, 2009) que normalizaram e integraram a educação especial dentro dos âmbitos escolares, tais como:

Constituição de 1988 em seu artigo 208; Lei 7.853, de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social; O ECA - Estatuto da Criança e do adolescente, de 1990; A Declaração de Salamanca, de 10 de junho de 1994, que dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais; A LDB de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação); O Decreto nº. 3.298, de 1999, que regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispondo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; dentre outros (CASAGRANDE, 2009, p. 1).

Fazendo-se uma alusão a Declaração de Salamanca em 1994, observa-se

que esta deflagrou o conceito da filosofia que vira lei, apresentando uma rede de princípios de inclusão, além de oportunizar a reflexão da necessidade de inclusão da própria educação especial dentro da estrutura de “educação para todos” (UNESCO, 1994):

[...] proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação para todos firmada em 1990 [...] Ela promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nessas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem (UNESCO, 1994, p. 15).

Observa-se que há avanços em leis sobre a inclusão, que muito já se avançou no tratamento das pessoas com deficiência com relação à educação, especialmente, tendo na atualidade, reflexos dessas lutas ocorridas, onde se busca construir e efetivar a educação inclusiva, esta denominada como “uma educação de valorização das peculiaridades de cada aluno, de atendimento a todos na escola, incorporando a diversidade, sem nenhum tipo de distinção” (MANTOAN, 1997, p. 43).

Nesse sentido, é que a escola deve promover a inclusão das crianças com deficiência no ensino regular, lhe possibilitando o pleno desenvolvimento e exercício de sua cidadania, pois as mesmas há muito tempo são relegadas, segregadas, deixadas à margem da sociedade. Na realidade, essa inclusão escolar só ocorrerá, como pontua Mantoan (1997):

[...] quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não apenas os deficientes são excluídos, mas também os que pobres, os que não vão às aulas porque trabalham, os que pertencem a grupos discriminados, os que de tanto repetir desistiram de estudar (MANTOAN, 1997, p. 2).

É preciso atentar que a educação inclusiva é fruto de decisão política e esforço efetivo para que ambos – crianças e escola – tenham um mínimo de condições para o sucesso educativo.

Uma educação inclusiva efetiva dentro das escolas deve estar voltada a necessidade de estar aberta à possibilidade de atender a todos sem distinções, repensando as concepções que se tem de escola homogeneizadora, suas práticas

de ensino, buscando-se ações interventivas que possam transformar o âmbito escolar seletivo em um âmbito escolar inclusivo que atenda a todos com e/ou sem necessidade educativa especial (MANTOAN, 1997).

Desta forma, a escola inclusiva só efetivará realmente, cumprindo-se o que determina a lei quando a escola regular recriar sua prática pedagógica, revendo seu papel social e, assim, reconheça e valorize as diferenças, proporcionando uma educação significativa e de qualidade para todos sejam ou não crianças com necessidade educativa especial.

O espaço escolar que se quer inclusivo deve ter por base os princípios de uma escola inclusiva, como expõe Silveira (2011):

Aceitação das diferenças individuais como atributo e não como obstáculo; Educação como direito de todos, ou seja, o direito de pertencer; Igualdade de oportunidades – o igual valor entre os dominantes e os dominados; Convívio social, todos crescem nessa relação; Cidadania – englobam os direitos políticos, civis, econômicos, culturais e sociais. (SILVEIRA, 2011, p. 23 – 24).

A partir da prática desses princípios norteadores é que a escola poderá considerar-se um espaço inclusivo, contribuindo para que seus alunos com deficiência recebam uma educação igualitária, oportunizando a todos a construção do saber e uma aprendizagem significativa, tendo uma participação social efetiva.

A inclusão destinada, principalmente, para os alunos com deficiência, terá êxito quando as escolas transformarem suas concepções e atitudes, construindo um novo paradigma em que todos sejam vistos como iguais, mas com suas especificidades, as quais devem ser respeitadas e valorizadas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária livre de preconceitos e exclusões.

### **3.3 A SÍNDROME DE DOWN E A ESCOLA REGULAR**

Uma educação de qualidade e significativa traz inúmeros benefícios tanto para os sujeitos que dela participam quanto para a sociedade em que se oferta esta educação. Desse modo, vale pontuar que esta mesma educação traz, também, para as crianças com Síndrome de Down o desenvolvimento psico-afetivo e contribui significadamente para o seu processo de socialização (VOIVIDIC, 2008, p. 5).

A escola regular tem por função promover esta educação bem como oportu-

-nizar a todos, principalmente, as crianças com algum tipo de síndrome, aqui em específico, a Síndrome de Down, a convivência com as diferenças contribuindo para o desenvolvimento de suas capacidades.

Nesta perspectiva é que Bastos (2008) em uma entrevista ao Jornal “A Tarde” (6/04/2008) sinaliza que “[...] apesar da deficiência mental as crianças com Down têm um potencial muito grande e podem se desenvolver intelectualmente, mas, elas só terão maior êxito se tiver uma atenção diferenciada” (BASTOS, 2008, p. 1).

Percebe-se que muito se tem a fazer em prol da efetivação da escola inclusiva, pois não basta matricular, dar acesso às crianças com algum tipo de deficiência, mas, torna-se necessário ofertar, também, um acompanhamento pedagógico específico para que essas crianças desenvolvam-se significadamente.

A escola regular da atualidade deve inserir em seu contexto educativo às novas demandas de inclusão não segregando às crianças, mas realmente proporcionando-lhes a verdadeira inclusão.

Desta forma, a escola regular deve verdadeiramente torna-se inclusiva proporcionando às crianças com Síndrome de Down, em específico, o acesso e permanência destas no contexto escolar, desenvolvendo-se gradativamente de acordo com o seu ritmo e desenvolvimento mental.

Pois, como pontua Mantoan (1997 *apud* VOIVODIC, 2008): “[...] a inserção escolar dessas crianças no ensino regular poderá contribuir significadamente para o seu desenvolvimento intelectual e para a sua atuação no meio social” (MANTOAN, 1997 *apud* VOIVODIC, 2008, p. 62).

Desse modo, a escola regular ganha importância e valorização para que se efetive, saindo do papel a educação inclusiva.

Também, numa entrevista realizada com a psicopedagoga Débora Mascarenhas (2008) na qual se discutia sobre a Escola Regular ou Especial, psicopedagoga faz uma mini retrospectiva sobre a história da Inclusão no Brasil. Nesta entrevista ela afirma que:

O primeiro movimento legal para que as escolas aceitassem crianças com necessidades especiais foi a Constituição de 1988. Para mim, esse foi o primeiro passo para a reviravolta que ocorreu no ensino brasileiro.. Na Constituição se denota que, preferencialmente, as pessoas com deficiência ou transtornos devem ser matriculadas em escolas regulares. O período de 25 anos, para a educação, é muito curto, e ainda há questões que depois

desse tempo, ainda persistem [...] (MASCARENHAS, 2008, p. 1).

Apesar dos avanços ocorridos, e das dúvidas existentes do como se trabalhar com essas crianças com algum tipo de necessidade especial, a escola regular é a preferida dos especialistas, pois como afirma Tabak (Psicopedagoga e Pediatra, 2008) em entrevista ao Jornal “A Tarde” em 06/04/2008:

A matrícula em uma escola regular traz muitos benefícios para todas as crianças da escola. Isso fica claro, quando é feita uma atividade inclusiva. Fica nítido que as crianças com necessidades especiais têm algo a oferecer ao grupo (TABAK, 2008, p. 2).

É este convívio com as diferenças que prepara os chamados “normais” a saberem lidar com o mundo exterior além do seu próprio mundo. Neste sentido, a inclusão escolar se torna um desafio que deve ser devidamente enfrentado pelas escolas regulares, para que seja possibilitado a melhoria na vida das pessoas ao garantir a todos os estudantes o direito de exercer sua cidadania tendo voz e vez, sem distinções (MANTOAN, 1997).

Observa-se, porém, que dentre os muitos limites da inclusão escolar podemos citar as próprias políticas educacionais que não incorporam dispositivos que apontem para a transformação da estrutura educacional para que a inclusão realmente aconteça.

[...] a legislação por si só não assegura os direitos, porem, além de abrir “brechas” para que as organizações da sociedade civil possam reivindicar e forçar que a mesma seja cumprida pelo poder público, ainda se faz importante em nosso país, uma vez que o acesso à educação as pessoas com NEE é escasso e revestido de caráter assistencialista. (FERREIRA, 1998, p. 21).

Nesse sentido, é que a escola deve promover a inclusão das crianças com deficiência no ensino regular, lhe possibilitando o pleno desenvolvimento e exercício de sua cidadania, pois os mesmos por muito tempo foram relegados, segregados, deixados à margem da sociedade.

Mas, para tanto é preciso que as escolas organizem-se e se estruturarem tanto no que se refere ao aspecto pedagógico quanto ao que se refere ao aspecto estrutural para que venha atender às diferenças de sua clientela escolar, beneficiando a todos com o convívio e crescimento na diversidade. Pois, como pon-

-tua Jiménez (1997) a escola inclusiva, a escola para todos ...

[...] pressupõe uma mudança de estruturas e de atitudes e a abertura à comunidade; deve mudar o estilo de trabalho de alguns professores que deverão reconhecer que cada criança é diferente das outras, tem as suas próprias necessidades específicas e progride de acordo com suas possibilidades (JIMÉNEZ, 1997, p. 21).

É de suma importância que as escolas regulares compreendam e reconheçam que a educação inclusiva tem um papel importante para o desenvolvimento integral das crianças com Síndrome de Down, especificadamente, que compreendam, enfim, que este é um direito e não um favor.

A inclusão deve ser vista de outra forma, sob um novo olhar, como explana Sasaki (1997):

[...] processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação (SASSAKI, 1997, p. 41).

Nesta perspectiva é que o papel da escola quando acolhe um aluno com Síndrome de Down, em específico, é o de buscar tornar esse aluno mais autônomo perante o indivíduo adulto, além de valorizar suas capacidades e respeitar suas limitações.

Percebe-se que a inclusão vai além do contato físico apenas, mas busca a interação, o contato afetivo, a troca de experiências e convivência onde o respeito e a valorização do outro sejam a base das relações interpessoais que permeiam os âmbitos escolares.

Mas, tornar a escola em espaço inclusivo tornou-se uma ação árdua e muito complexa, pois como sinaliza Freitas (2008):

Incluir, negamos, ocultamos ou delegamos menos-valia. Em relação a pessoas e a grupos populacionais marginalizados, a inclusão supõe proporcionar todas as formas possíveis de acesso ao desenvolvimento, considerando as diferenças individuais, numa visão de acolhimento, respeito, igualdade de direitos e democracia [...] (FREITAS, 2008, p. 32).

Assim como vemos em todos os teóricos abordado na pesquisa, as escolas

que se dizem inclusivas devem ter por ponto de partida o cotidiano: o coletivo, a escola, e a classe comum, onde todos os educandos com deficiência ou não, precisam aprender, ter acesso ao conhecimento, à cultura e progredir no aspecto pessoal e social.

Portanto, a educação inclusiva é fundamental para que haja um desenvolvimento social mais justo e igualitário, onde todos se respeitem e valorizem as diferenças, à diversidade, onde todos recebam oportunidades educacionais adequadas e igualmente, e todos se aceitem e cooperem entre si, vendo a educação como direito de todos, isto é, o direito de pertencer a todos sem distinções.

### **3.4 APRENDIZAGEM DE PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN**

Considerar à diversidade que se verifica entre as crianças no contexto escolar torna-se um significativo passo para que a criança com algum tipo de deficiência não se sinta segregada. Porém, para que esta consideração seja efetivada na prática se requer medidas de flexibilização e dinamização para atender efetivamente às deficiências dos que apresentam alguma necessidade com relação aos demais colegas, como é o caso da criança com Síndrome de Down.

Leciono numa creche municipal, numa turma com 14 crianças, dentre estas um aluno com Síndrome de Down. Busco na medida do possível desenvolver um trabalho pedagógico que venha a contribuir para o desenvolvimento desta criança. Mas, isto é muito difícil, devido esta criança ser inquieta, não se concentrava nos momentos de realização das atividades, as rasgava, destruía tudo ao seu redor. Os únicos momentos em que a referida criança tranquilizava-se era nas atividades que envolvia música, momento este que a criança com SD concentrava-se.

Mas, este comportamento inquieto, se dava ao fato de que a criança não tomava os remédios prescritos pelo médico (Neuro), pois a mãe esquecia de ministrar o mesmo. O que se percebia era que a família era ausente, não se responsabilizava realmente pela criança, isto sendo constatado pelas esquivas que a mãe dava ao ser solicitado a apresentar um relatório médico para acompanhamento da criança.

Vale aqui pontuar que a direção ao obrigar a mãe desta criança com SD a apresentar o referido relatório, a mesma retirou a criança da creche.

Outro aspecto que demonstra a falta de responsabilidade da família com

esta criança é o fato da mesma sempre chegar na creche com diversos ferimentos: queimada, ferida, testa machucada, etc., indicando a falta de cuidado da família; além desta criança chegar sempre suja, cheirando a urina e com cabelos despenteados.

Observa-se que o desenvolvimento do ser humano é um processo de aquisição de habilidades e crescimento, baseado na alteração entre fatores biológicos, psicológicos, culturais e ambientais, é algo complexo, e por isso cada pessoa tem seu modo de desenvolver, “[...] no caso das crianças com Síndrome de Down, é por meio da linguagem que irá expressar desejos, vontades, necessidades, interagir com outros seres humanos, brincar” (SILVA, 2002, p. 45).

É preciso que os professores, em específico, concebam um processo de ensino-aprendizagem onde todos sejam vistos como capazes, independente de suas diferenças, limitações, para tanto é preciso que este processo de ensino-aprendizagem deixei de ser concebido como um procedimento geral da classe, mas passe a ser compreendido como um desenvolvimento físico, social, emocional e intelectual individualizado, peculiar a cada criança em sua relação com o professor e com o grupo em que se encontra inserido. Além disso, Voivodic (2008) sinaliza que:

[...] é necessário, porém romper com o determinismo genético e considerar que o desenvolvimento da pessoa com Síndrome de Down resulta não só de fatores biológicos, mas também das importantes interações com o meio. (VOIVODIC, 2008, p. 46).

É preciso reconhecer que a criança com Síndrome de Down possui potencialidades, e as quais necessitam serem desenvolvidas, precisando, apenas, que se desenvolvam atividades peculiares para estas crianças, respeitando seus limites e ritmo de aprendizagem.

Para tanto, é preciso que o professor estabeleça uma relação de confiança bem como promova interações entre a criança com SD e o meio em que se encontra inserido para que possa construir seus conhecimentos de forma significativa e real, onde ela sinta-se sujeito do processo.

De acordo com os estudos de Bastos (2008), o portador da Síndrome de Down é capaz de compreender suas limitações e conviver com suas dificuldades, “[...] 73% deles tem autonomia para tomar iniciativas, não precisando que os pais digam a todo o momento o que deve ser feito” (BASTOS, 2008, p.1). Isso demonstra

a possibilidade desses indivíduos de participar e interagir com certa autonomia em um mundo onde “normais” e deficientes são semelhantes em suas inúmeras diferenças.

Também, Silva (2002) pontua que a prontidão para a aprendizagem depende da complexa integração dos processos neurológicos e da harmoniosa evolução de funções específicas como linguagem, percepção, esquema corporal, orientação temporal-espacial e lateralidade.

Observa-se que o desenvolvimento é a condição da aprendizagem, neste sentido é que Vygotsky (1988 *apud* FONSECA, 1995) sinalizando que:

O desenvolvimento, de acordo com Vygotsky, (1988) é um processo dialético complexo, caracterizado pela periodicidade e irregularidade do desenvolvimento de distintas funções, pela metamorfose ou transformação qualitativa de uma competência em outra, pela inter-relação de fatores exteriores e interiores, exteroceptivos e propioceptivos, bem como pelos processos adaptativos que superam e transcendem os obstáculos que se deparam à criança (VYGOTSKY, 1988 *apud* FONSECA, 1995, p. 95).

Partindo-se deste contexto, pode-se afirmar que toda e qualquer criança pode aprender, bastando que haja estímulos, atenção específica, um olhar comprometido para o desenvolvimento cognitivo da criança. E esta aprendizagem, vale ressaltar, também ocorre com as crianças com Síndrome de Down. Pois, como pontua Cardoso (2008):

[...] a grande parte das crianças com síndrome têm habilidade cognitiva a baixo da média e precisa, portanto, de maior atenção e é claro uma adaptação curricular e, sobretudo estimulação por parte da escola e da família. As limitações físicas e intelectuais da criança com síndrome de Down podem ser modificadas por meio do manejo competente e do treinamento precoce. [...] entendo a síndrome como um estado que não é irreversível, a criança com Down pode sim aprender e superar seus limites desde que seja preparada e estimulada desde seu nascimento [...] (CARDOSO, 2008, p. 31).

Observa-se que a criança com Síndrome de Down possui suas potencialidade, porém é preciso que se organize um processo de ensino-aprendizagem em que se possa desenvolver atividades em que a criança com SD crescer, pois isto é possível como foi observado em minha pesquisa.

A criança com SD da minha turma ela desenvolve qualquer atividade se esta for mediada pela música, a qual a torna calma, tranquila, a faz concentra-se e realizar com a minha ajuda à atividade proposta. Isto demonstra que a criança com

SD pode aprender, desde que tenha uma mediação significativa.

Denota-se que cada indivíduo independente de sua capacidade física ou mental/cognitiva pode aprender, incluindo-se aqui as crianças com SD, sendo que esta aprendizagem difere-se de uma pessoa para outra, isto dependendo, também, do atendimento, estímulo, recursos que são disponibilizados para este aspecto, e, até mesmo, depende diretamente dos profissionais que são responsáveis pelo processo educativo, os quais devem estar preocupados com o bem estar com a aprendizagem e com todo o desenvolvimento.

É comum observar-se na criança com SD alterações severas de internalizações de conceitos de tempo e espaço, que dificultarão muitas aquisições e refletirão especialmente em memória e planificação, além de dificultarem muito a aquisição de linguagem (COSTA, 2011).

Outras deficiências presentes na criança com SD que implicam em dificuldades no desenvolvimento da aprendizagem são: “[...] alterações auditivas e visuais; incapacidade de organizar atos cognitivos e condutas, debilidades de associar e programar sequências” (SILVA, 2002, p. 7).

Mas, segundo Bissoto (2005) todas essas dificuldades podem, entretanto, serem minimizadas se essas instruções forem acompanhadas por gestos ou figuras que se refiram as instruções dadas.

O atraso psicomotor está presente nas atividades que evoluem o equilíbrio, a coordenação de movimentos, bem como a sensibilidade, o esquema corporal e a orientação espaço-temporal. Para amenizar essa problemática, “[...] a estimulação precoce também é essencial para todas as crianças, inclusive as com SD” (COTRIM; RAMOS, 2011, p. 14).

Porém, vale sinalizar que “[...] o termo dificuldades de aprendizagem refere-se não a um único distúrbio, mas a uma ampla gama de problemas que pode afetar qualquer área do desempenho acadêmico” (SMITH; STRICK, 2001, p. 151).

Segundo Garcia (1998 *apud* por SÁNCHEZ, 2004), no DSM - IV, os transtornos de aprendizagem são classificados dentro dos transtornos diagnosticados pela primeira vez na infância ou na adolescência, considerando transtorno da leitura, o da matemática, o da expressão escrita e o transtorno da aprendizagem sem outra especificação. Já o APA (American Psychological Association) o termo “dificuldade de aprendizagem” é classificado como um tipo de desenvolvimento, que aparece ao longo do desenvolvimento do indivíduo e que ne-

-cessita de intervenção psicopedagógica.

Neste sentido, “[...] os problemas de aprendizagem podem ser vistos como uma dificuldade em tratar com ordem, autonomia e espontaneidade, os imprevistos do percurso [...]” (OLIVEIRA, 2007, p.18 - 19).

Vários estudos, como os realizados por Smith e Strick (2001) já pontuaram que as crianças com dificuldades na aquisição da linguagem podem ser lentas na aprendizagem da fala e usar sentenças mais curtas, vocabulários menores e uma gramática mais pobre do que outras crianças “normais”.

Muitas pessoas portadoras da Síndrome de Down, não conseguem falar fluentemente ou claramente, pois existem perturbações no ato de falar, devido a algumas anomalias no sistema fisiológico (pulmões, as pregas vocais dentro da laringe e os articuladores-labiais, língua, dentes, palato duro, véu palatal e mandíbula), como: as frequentes infecções respiratórias e a hipotonia (flacidez nos músculos que torna os movimentos da boca mal coordenados prejudicando o controle da respiração e da articulação dos fonemas), que influenciarão o volume inicial do ar expelido pelos pulmões, a frequência da vibração das cordas vocais e os movimentos da boca, língua e lábios, o que tornará difícil a articulação destas estruturas, prejudicando a fala final, ou seja, o som das palavras (SMITH e STRICK, 2001).

As dificuldades são inúmeras, mas estas não podem tornar-se empecilhos para o desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem que venha a contribuir para o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, pois a mesma possui capacidade cognitiva precisando que esta seja estimulada desde pequena (CARDOSO, 2008).

É necessário que se tenha um olhar mais voltado para as dificuldades de aprendizagem destas crianças, observando-se que estas necessitam do apoio e orientações mais específicas para que possam desenvolver sua aprendizagem, bem como sua sociabilidade.

Assim, mesmo o professor promovendo um processo educativo tendo um olhar mais voltado para as crianças com Síndrome de Down, é preciso que se desenvolvam programas específicos que venham a favorecer o desenvolvimento da cognição e da aprendizagem destas crianças, superando-se as dificuldades de aprendizagem existentes.

Entretanto, vale ressaltar que, cada criança com Síndrome de Down desen-

-cadeia um tipo de necessidade educacional, pois cada criança é diferente da outra, o que deve ser levado em consideração e deve ser valorizado, respeitado, demandando ações, estratégias mais específicas e adequadas que estimulem e contribuam para o desenvolvimento da criança com SD.

Outro aspecto que se deve levar em consideração no que tange ao processo de aprendizagem das crianças com SD é pontuado por Voivodic (2008):

É preciso, no entanto, evidenciar que as crianças com S.D. são capazes, e muitas vezes o que as impedem de progredir é o preconceito e o prejulgamento que a sociedade faz, é necessário então oportunizar a participação dessas crianças em atividades que as façam se aproximarem e a se relacionarem o máximo possível com as outras pessoas (VOIVODIC, 2008, p. 49).

É neste intuito que se torna relevante o papel do professor, pois este como mediador do processo de ensino-aprendizagem deve está informado, ter conhecimento sobre a síndrome que seu aluno possui, para que possa promover estratégias e atividades que venham a favorecer o crescimento e desenvolvimento destas crianças com SD, além de que estará proporcionando a todos os alunos o convívio com a diferença, aprendendo a respeitar e valorizar a cada um com suas limitações e potencialidades.

Referindo-se às crianças com Síndrome de Down outro aspecto a ser levado em consideração no processo educativo destas crianças é a memória. De acordo com Escamilla (1998), a memória na criança com SD pode acompanhar a seguinte classificação: sensorial - reconhece imagens correspondentes a cada um dos sentidos (exemplo: uma pessoa com memória visual recorda o que vê); mecânica – repetição de uma sequência de imagens sem correlação; e a memória lógica intelectual - que intervém na capacidade de armazenar e reproduzir os conhecimentos adquiridos anteriormente e implica na compreensão dos significados das coisas e sua relação mútua.

Percebe-se que a memória desempenha um papel de grande relevância no processo de desenvolvimento da inteligência e da aprendizagem de qualquer ser humano independente de qualquer dificuldade ou deficiência que possa ter.

Difícilmente a criança com a SD esquece o que aprende bem. Para o mesmo autor – Escamilla (1998) a memória visual se desenvolve mais rápido que a auditiva, devido a maior quantidade de estímulos, em que adquire uma boa memória

sensorial, possibilitando reconhecer e buscar os estímulos. Uma aprendizagem progressiva facilita o desenvolvimento da memória sequencial, tanto auditiva como visual, tátil e cenestésica.

E é neste contexto, que o professor torna-se um importante elo entre a criança com SD e o processo social e de aprendizagem, pois este se torna responsável por desenvolver ações, atividades que deverão combater o preconceito, a discriminação bem como o desenvolvimento cognitivo e social destas crianças no contexto escolar.

Portanto, é de suma relevância que se conheça e compreenda o ritmo de desenvolvimento e de aprendizagem de todas as crianças, principalmente as crianças com Síndrome de Down, pois cada criança possui suas dificuldades e possibilidades, bastando que se desenvolvam estratégias, ações que potencializem seu cognitivo e supram as necessidades destas crianças com SD, melhorando suas respostas e mecanismos de adaptação ao meio social em que estiver inserida.

## 4 METODOLOGIA

O presente trabalho monográfico tem por abordagem a pesquisa de campo, e para alcançar o objetivo proposto foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário aberto com o intuito de conhecer e compreender a prática escolar cotidiana dos professores diante da temática em questão: “A Síndrome de Down”.

Macêdo (2004) aborda a análise e interpretação dos “dados” em etnopesquisa, como uma arte de rigor hermenêutico, traçando caminhos possíveis de construção para a compreensão em pesquisa qualitativa. A etnopesquisa prima pela contextualização, historização e compreensão dos etnométodos, valorizando o trabalho com a subjetividade, o cotidiano, as ações e suas realizações.

Como denota a autora André (1995) a pesquisa etnográfica e o estudo de caso permitem:

[...] que se chegue bem perto da escola para tentar entender como operam no seu dia-a-dia os mecanismos de denominação e de resistência, de opressão e de contestação ao mesmo tempo em que são veiculados e reelaborados conhecimentos, atitudes, valores, crenças, modos de ver e de sentir a realidade e o mundo (ANDRÉ, 1995, p. 41).

O desenvolvimento de uma etnopesquisa precisa do etnopesquisador a definição de um caminho que o permita descrever, interpretar e compreender o outro, o fazer do outro e com o outro.

A etnopesquisa tem o contexto como sua fonte de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; existe um contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação a ser pesquisada. Seus dados são descritos e todos os aspectos são significadamente valorizados.

A estratégia ou procedimento empregado nessa pesquisa foi o uso de um questionário como instrumento de coleta de dados, o qual foi utilizado com professores da Creche na rede municipal de ensino do município de Santa Bárbara – BA. A Creche, espaço da pesquisa, que aqui se denominará de Escola “X”, atende alunos do maternal ao grupo 4, funcionando em tempo integral com 5 (cinco) turmas.

Esta pesquisa teve como foco saber se os professores já tiveram alguma experiência com crianças/alunos com Síndrome de Down. A referida pesquisa foi realizada com 5 (cinco) professores. Vale ressaltar que para manter a imagem e

identidade dos docentes estes serão denominados de professores “A”, “B”, “C”, “D” e “E”.

O questionário utilizado abordava as seguintes questões: 1. O que você entende sobre Síndrome de Down?; 2. Como você entende ou conceitua aprendizagem?; 3. Você já teve experiência com alunos com Síndrome de Down? Como foi?; 4. Como você percebe o processo de aprendizagem na criança com SD?; 5. Quais as dificuldades no processo escolar na Educação Infantil com crianças com SD?; e 6. O que você propõe como docente para facilitar o processo de ensino-aprendizagem para a criança com SD?.

#### 4.1 ANÁLISE DOS DADOS/ ABORDAGEM DA PESQUISA

Torna-se relevante que os envolvidos no processo educativo promovam a inclusão para que se valorize as diferenças, tendo consciência de que o convívio com esta diversidade possibilita a construção de novas aprendizagens necessárias ao convívio social.

Buscando conhecer um pouco sobre os docentes que participaram desta pesquisa de campo se discorre sobre alguns dados:

A **professora A** tem 48 anos, licenciada em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia, possui 27 anos de serviço na área da educação e 8 anos na modalidade da Educação Infantil.

A **professora B** tem 52 anos, licenciada em Pedagogia, com especialização em Língua Portuguesa, possui 26 anos de serviço na área da educação e 8 anos na modalidade da Educação Infantil.

A **professora C** tem 53 anos, licenciada em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia, possui 32 anos de serviço na área da educação e 30 anos na modalidade da Educação Infantil.

A **professora D** tem 52 anos, licenciada em Pedagogia, com especialização em Alfabetização, possui 34 anos de serviço na área da educação e 3 anos na modalidade da Educação Infantil.

O **professor E** tem 45 anos, licenciado em Pedagogia, com especialização em Educação Infantil, possui 15 anos de serviço na área da educação e 4 anos na modalidade da Educação Infantil.

A análise dos dados foi organizada através das questões propostas no questionário aberto: 1. O que você entende sobre Síndrome de Down?; 2. Como você entende ou conceitua aprendizagem?; 3. Você já teve experiência com alunos com Síndrome de Down? Como foi?; 4. Como você percebe o processo de aprendizagem na criança com SD?; 5. Quais as dificuldades no processo escolar na Educação Infantil com crianças com SD?; 6. O que você propõe como docente para facilitar o processo de ensino- aprendizagem para a criança com SD?.

E assim foram analisadas.

### **1. O que você entende sobre Síndrome de Down?**

Quando se fala em Síndrome de Down observa-se que muitas pessoas desconhecem a sua conceituação, geralmente definindo-a como uma doença, uma deficiência que prejudica a quem a tem.

**Professora A** – A criança possui alguma alteração genética nos cromossomos;

**Professora B** – É uma alteração genética, produzida pela presença de um cromossomo a mais e tem como característica o déficit intelectual;

**Professora C** – É uma alteração genética, produzida pela presença de um cromossomo a mais no par 21, por isso também, conhecido como trissomia 21;

**Professora D** – É uma síndrome causada por uma alteração genética, que pode ocorrer em qualquer raça humana e tem predominância em filhos de casais com idade avançada. Crianças com Síndrome de Down tem deficiências intelectuais em vários níveis e algumas características específicas;

**Professor E** – É uma alteração genética no cromossomo 21 que determina características típicas da Síndrome com comprometimento intelectual e sensorial (às vezes).

Observa-se que os entrevistados apresentam conhecimento parcial sobre o conceito de Síndrome de Down. Porém, vale salientar que a **Professora C** e o **Professor E** apresentaram conceitos bem elaborados e semelhantes, o que permite diagnosticar como produtos/conceitos de pesquisa em livros ou internet.

A conceituação dada por estes professores estão de acordo com o que a autora Milani (2004) define como Síndrome de Down:

[...] uma alteração genética caracterizada pela existência de um cromossomo adicional no par 21, daí o porquê também é chamada de trissomia do par 21. Normalmente, as células reprodutivas (espermatozóides e óvulos) têm 23 cromossomos cada, no momento da fecundação, em circunstâncias normais, será formada uma célula com 46 cromossomos. Posteriormente, terá início o processo de divisão celular, que gerará outra com 46 cromossomos e assim por diante (MILANI, 2004, p. 24).

Conhecer o conceito da síndrome torna-se um bom começo para que se tenha consciência de que esta criança necessita de um olhar mais específico e que esta pode desenvolver-se como outra criança qualquer, basta para tanto que haja estímulos, direcionamentos. Neste sentido, é que Costa (2011) pontua que: “[...] os estímulos e a atenção adequadas dispensadas a essas crianças desde o nascimento podem fazer com que os mesmos superem as expectativas de desenvolvimento” (COSTA, 2011, p. 18).

Já o **Professor A** apresenta um conceito parcial, sem maiores convicções. É interessante perceber que o **Professor D**, ainda traz convicções antigas a cerca da idade dos pais, coisa que não se apresenta mais como características apresentadas segundo DOWN (1866 *apud* PUESCHEL, 1998).

## 2 Como você entende ou conceitua aprendizagem?

**Professora A** – São habilidades, competências de cada indivíduo;

**Professora B** – É o processo de aquisição do conhecimento, habilidades, valores e atitudes adquiridas através do estudo ou de experiências com outras pessoas;

**Professora C** – É um processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes e valores, a partir do seu contato com a realidade e o meio ambiente e outras pessoas;

**Professora D** – É o processo pelo qual se adquire conhecimentos, saberes e habilidades através das experiências, estudos e ensinamentos;

**Professor E** – É um processo de mudança de comportamento obtido através de experiências construídas por fatores afetivos, cognitivos e ambientais.

É interessante perceber que as **professoras A, B, C e D** apresentam, sim, um conceito de aprendizagem de acordo aos teóricos, como Vygotsky (1988), Oliveira (2007), Fonseca (1995), dentre outros, que apresentam o conceito que afirma que: “É um processo pelo qual o indivíduo adquire informações habilidades,

atitudes, valores, etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas [...]” (VYGOTSKY *apud* OLIVEIRA, 1995, p. 57).

Contudo, é importante salientar que a **Professora A** apenas toma a aprendizagem como competência e habilidade de cada indivíduo diferindo na verdade daquilo que os autores chamam de fato do que seja aprendizagem, como vimos, também, em Fonseca (1995) “[...] a aprendizagem é uma função do cérebro. A aprendizagem satisfatória se dá quando determinadas condições de integridade estão presentes, tais como: funções do sistema nervoso periférico, [...] sendo que os fatores psicológicos também são essenciais” (FONSECA, 1995, p. 21).

É evidente que esta ausência de conceito sobre aprendizagem irá interferir no processo de entendimento sobre aprendizagem da própria Síndrome de Down que se difere diante do que Silva (2002) pontuou:

[...] o aluno com deficiência na escola ainda é visto pela ótica da anormalidade, e assim deixa de ser considerado “especial”, passando a ser “aluno de inclusão”. Essa tem sido expressão coloquial muito utilizada por gestores de escolas e professores para distinguir os alunos, identificando, assim, o aluno com deficiência, mostrando a falta de conhecimento [...] (SILVA, 2002, p. 118).

Todos os alunos estão cotidianamente em estado de aprendizagem. Porém, necessitam de que lhes proporcionem condições satisfatórias para que a aprendizagem aconteça de forma significativa e efetiva.

A partir das falas dos professores – entrevistados pode-se notar que todos reconhecem que a aprendizagem é uma mudança, o desenvolvimento de habilidades e competências, mas para que esta aprendizagem se efetive torna-se necessário que haja motivações por parte do professor.

Nesta perspectiva, a aprendizagem é visualizada como um processo que modifica o comportamento do indivíduo adquirido por meio da experiência construída a partir da interação/mediação, visto como “[...] o processo que caracteriza a relação do homem com o mundo e com outros homens, entre as estruturas mentais e o meio ambiente em que se encontra inserido” (VYGOTSKY, 1998, p. 7).

### **3 Você já teve experiência com alunos com Síndrome de Down? Como foi?**

**Professora A – Não.**

**Professora B** – Não.

**Professora C** – Não.

**Professora D** – Não.

**Professor E** – Sim. São amáveis, sociáveis embora desatentos, inquietos e com déficit na memória tanto auditiva quanto visual, além de dificuldade no raciocínio lógico.

É interessante apontar como hoje diante da lei da inclusão percebemos um nível muito alto de professores que não apresentam experiências com a Síndrome de Down. Contudo, é importante perceber que por faltar de conhecimento os professores entrevistados não se atinaram para falar de outras experiências de vida com a Síndrome de Down, e, portanto, com deficiências intelectivas que fariam parte do processo.

De acordo com Honora e Frizanco (2008) o Down se aplica dentro do grupo de déficit intelectual por apresentar características de deficiência intelectual na sua ordem genética.

Importante salientar que o **Professor E** traz isso e apresenta algumas características que são sociais, mas não se aprimora nas questões que são genéticas como afirmam Honora e Frizanco (2008) que apresentam “[...] redução no desenvolvimento cognitivo, ou seja, no QI, normalmente abaixo do esperado para a idade cronológica da criança ou adulto, acarretando muitas vezes um desenvolvimento mais lento na fala, no desenvolvimento neuropsicomotor e em outras habilidades [...]” (HONORA & FRIZANCO, 2008, p. 107).

A importância de conhecer ou de ter essa experiência leva o indivíduo a mais um passo diante daquilo que chamamos de inclusão e do aprendizado do docente em relação ao aspecto do ensino-aprendizagem do deficiente mental.

É perceptível dentro do contexto escolar à vontade, o interesse, o esforço dos envolvidos e até mesmo dos alunos sem deficiência, em propiciar aos alunos com deficiência, em específico a Síndrome de Down, um espaço e processo educativo significativo e de qualidade.

Mas, também é observável a falta de preparo de alguns professores para lidar com esses alunos, a falta de um processo pedagógico coerente com as necessidades destes alunos.

Entretanto, é preciso que o professor tenha competência técnico-científica e habilidade em sua prática, de modo que possa desenvolver atividades, dentro de um

padrão didático-pedagógico voltado para as crianças com deficiência, como a Síndrome de Down.

O trabalho com o estudante, com a criança com Síndrome de Down, especificadamente, é importante, mas deve-se possibilitar-lhe participar sem discriminação e com igualdade de direito de todo o desenvolvimento do processo educativo. Neste sentido, percebe-se que se estará de acordo com a legislação educacional brasileira e com os estudos e pesquisas da área da educação especial/inclusiva. (BRASIL, 2008; MANTOAN, 1997).

#### **4 Como você percebe o processo de aprendizagem na criança com SD?**

**Professora A** – Eles têm dificuldade em manusear as mãos, até os dedos. Cada criança tem seu ritmo; algumas terão dificuldades, já outras facilidade.

**Professora B** – Não passei por essa experiência.

**Professora C** – Ainda não passei por essa experiência.

**Professora D** – Nunca trabalhei.

**Professor E** – Cada indivíduo é único, mas o aluno com o qual trabalho no seu processo de aprendizagem é um pouco lento por ter déficits psicomotores, déficits de atenção e memória. Todavia, vem construindo novas aprendizagens de vida diária, motora e academicamente (claro, dentro de um ritmo próprio).

É importante salientar aqui novamente que a criança Down que apresenta déficit intelectual essa característica irá se apresentar em outras especialidades, restando que o fato do docente não vivenciar os conceitos de ou aprendizado das características da Síndrome de Down o deixa à margem de um processo de inclusão o que vem a dificultar de certa forma o projeto de inclusão e a lei que se especifica. Como a própria lei diz “[...] a educação inclusiva é uma modalidade que perpassa todos os níveis de ensino da educação básica ao ensino superior. Assim terá o direito a esta modalidade de ensino todos os alunos que se possuem deficiência intelectual/física, surdez, cegueira ou baixa visão, surdo, cegueira, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades” (BRASIL, 2008).

A **Professora A** e o **Professor E** apresentam características quase semelhantes sobre o processo de aprendizagem das crianças com Síndrome de Down pontuando que estas crianças podem aprender em seu próprio ritmo, estando

consoantes com o que afirma Fernandez (2001): “[...] todo indivíduo possui sua própria maneira de aprendizagem e os meios para construir o conhecimento” (FERNANDEZ, 2001, p. 7).

A busca pela aprendizagem é algo inato do ser humano, o qual desde sua terna idade sente necessidade de demonstrar que é capaz de aprender, do que é capaz de fazer.

No contexto escolar é imprescindível que se compreenda que toda e qualquer criança pode aprender. Desse modo, é de grande relevância que os âmbito escolar possa proporcionar aos seus alunos oportunidades, condições efetivas para que aprendam, para que possam construir novos saberes.

Embora os entrevistados em sua maioria apresentem não ter experiência pedagógica com crianças com Síndrome de Down, tendo por base a resposta dada pelo **Professor E** pode-se afirmar que a aprendizagem não acontece apenas em um dado momento, mas é um processo contínuo que irá ocorrer no decorrer de toda a vida do aluno, respeitando-se o ritmo de desenvolvimento de cada um.

## **5 Quais as dificuldades no processo escolar na Educação Infantil com crianças com SD?**

**Professora A** – Falta de profissional qualificado, recursos, ambiente para receber essas crianças.

**Professora B** – Não tive contato no ambiente escolar com crianças com SD.

**Professora C** – Nunca trabalhei com crianças que tenha SD.

**Professora D** – As experiências que tive foram com outras crianças especiais com “síndromes” não diagnosticadas.

**Professor E** – Mantê-lo focada durante toda atividade, pois se distrai facilmente e uma outra dificuldade é o déficit de memória de trabalho (necessário para seguir comandos, compreender orientações e sequências, fatos).

Observa-se que a **Professora A** e o **Professor E** apresentam algumas dificuldades para o desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem efetivo para as crianças com SD, o que dificulta a inclusão real destas crianças.

Porém, na fala da **Professora A** quando esta pontua a falta de profissionais

qualificados para se trabalhar com a criança com SD, percebe-se um pouco de medo em assumir um trabalho eficaz com estas crianças.

Neste sentido, Carvalho (2006) sinaliza que os professores têm medo de não conseguirem cumprir o seu papel em turmas de alunos com necessidades educacionais especiais, por serem inexperientes e incapazes, delegando sua função para especialistas na área.

Sabe-se que no contexto da sala de aula deve-se buscar desenvolver um processo de ensino-aprendizagem de forma a garantir a efetivação da aprendizagem de todas as crianças independente de suas limitações. Porém, muitos são os fatores que contribuem para as dificuldades no processo escolar.

Muitos são os fatores que se tornam obstáculos no processo educativo das crianças com Síndrome de Down, fatores como condições físicas, estrutura escolar, equilíbrio emocional, dentre outros. E como pontua Nunes (2000) “[...] muitas das dificuldades [...] podem está, também, relacionadas à formação docente, as metodologias, ao contexto familiar” (NUNES, 2000, p. 18).

Fazendo-se uma reflexão sobre o que afirma o **Professor E** com relação a falta de atenção e foco da criança com SD para realização das atividades propostas, percebe-se que mesmo com esta dificuldade isto não deve tornar-se empecilho para o desenvolvimento do processo educativo destas crianças, pois como afirma Demo (1997 *apud* Carvalho, 2006), as barreiras que aparecem na sala de aula podem ser enfrentadas com a determinação e criatividade do professor, quando ele se enxerga como profissional no processo de aprendizagem e educador.

## **6 O que você propõe como docente para facilitar o processo de ensino-aprendizagem para a criança com SD?**

**Professora A** - Criar estratégias para lidar com as situações; aprender a usar gestos, sinais no cotidiano e amor.

**Professora B** – Atividades motivadoras e lúdicas como recursos visuais, histórias, recortes, colagens, pinturas, músicas, jogos e brincadeiras.

**Professora C** – Proponho trabalhos que motive sua criatividade como: cantar, contar histórias, recortes e colagens, manuseio de material concreto de aprendizagem, jogos e brincadeiras.

**Professora D** – Por não ter conhecimento ou experiência a respeito da síndrome, fico impossibilitada de discorrer a respeito. No entanto, tratando de casos especiais

sugiro capacitação sobre o tema para os profissionais.

**Professor E** – Um trabalho inicial que favoreça a construção e habilidade psicomotora (introdução para leitura e escrita), a estimulação multissensorial através de atividade que explore o visual, auditivo e tátil, preferencialmente com atividades lúdicas e jogos pedagógicos.

Os **Professores A, B, C e E** pontuam a necessidade de se desenvolver atividades que sejam motivadoras para que a criança com Síndrome de Down tenha ânimo, estímulo para que haja o esperado desenvolvimento integral desta.

Outro aspecto sinalizado pelos Professores **B, C e E** refere-se ao uso da ludicidade, dos jogos e brincadeiras como instrumentos eficazes para o desenvolvimento das crianças com SD, estando, assim, consoantes com o que denota Vygotsky *apud* Negrine (1995):

[Vygotsky] entende que, no jogo, a criança cria uma "zona de desenvolvimento proximal", e isto faz com que a criança esteja sempre acima de sua idade média, isto é, acima de sua conduta diária, uma vez que o jogo contém todas as tendências evolutivas de forma condensada, sendo, em si mesmo, uma considerável fonte de desenvolvimento (VYGOTSKY *apud* NEGRINE, 1995, p. 16).

Os espaços escolares devem oferecer um ensino estimulante, envolvente e construtor para que a criança com SD sinta-se como sujeito e coautor do processo educativo. Assim, o âmbito escolar estará acolhendo a todos os estudantes, proporcionando a convivência e o respeito às diferenças, além de promover o desenvolvimento das potencialidades das crianças com Síndrome de Down.

Para tanto, é preciso que se organize uma prática pedagógica voltada para o desenvolvimento de todos os alunos, principalmente os que têm SD, através de recursos didáticos pedagógicos diversificados e coerentes com as necessidades desta clientela.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo a pesquisa realizada, o tema abordado trouxe-me contribuições que levaram a refletir acerca do desenvolvimento da criança com Síndrome de Down.

A realização da pesquisa foi marcada por limitações dos professores em não apresentar em sua historia experiências em trabalhar com crianças com Síndrome de Down.

Relataram que as crianças com SD precisam de professores preparados e com iniciativas. Além disso, pontuaram a necessidade de uma sala especializada com material adequado para trabalhar com as mesmas.

Os resultados apontaram que é possível sim, o aluno com Síndrome de Down se desenvolver, porém de uma forma mais lenta, não dependendo só do professor, mas de todos os envolvidos no processo.

A pesquisa me possibilitou concluir que se faz necessário valorizar e respeitar as diferenças individuais dos alunos; conhecer as necessidades educacionais para que o professor faça as adaptações necessárias. A escola regular precisa assegurar o processo de desenvolvimento de todos, e um dos recursos e a adoção de metodologias diversificadas para que haja uma educação de qualidade.

Portanto, conforme pontuado no referencial e comprovado na investigação neste contexto pesquisado, a peça chave para o sucesso das crianças com Síndrome de Down no ensino regular está na forma de inclusão dessas crianças e no professor, assim, como profissionais que acreditam numa educação de qualidade para todos.

*Otimo trabalho!*

*Bem redigido, poucos erros...*

*Tema relevante.*

*Parabéns!*

*Lúcidia Miranda*

## 6 REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **Para entender Síndrome de Down**. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

ANDRÉ, Marli Eliza D.A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

ANJOS, H. P.; ANDRADE, E; PEREIRA, M.R.. **A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: O processo de constituição de um discurso**. Revista Brasileira de Educação, v.14, nº 40, p.116 – 129, 2009.

ARANHA, M.S.; SILVA S. C. **Introdução entre professores e alunos em sala de aula com proposta pedagógica de Educação inclusiva**. Revista Brasileira de Educação Especial, v.11, nº3, p.4, 2005.

BARBOSA, A; GOMES, C. **Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professor do ensino fundamental**. Revista Brasileira de Educação Especial, v.12, 2005.

BASTOS, Andrei. **Exclusão escolar é mais grave para pessoas com deficiência mental**. Agência Brasil. Disponível em [www.atarde.com.br/brasil/noticias/6/4/2008](http://www.atarde.com.br/brasil/noticias/6/4/2008). Acesso em 29/04/2016.

BISSOTO, Maria Luíza. **Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais**. Ciências & Cognição, v. 4, p. 80-88, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BRASIL. **Censo Escolar** – MEC/ INEP. Ministério da Educação. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRUNER, J. **O processo da Educação geral**. 2º Ed. São Paulo: Nacional, 1991.

BUENO JGS. **Educação Especial brasileira: Integração/Segregação do aluno diferente**. São Paulo, EDUC/PUC SP, 1999.

CARDOSO, Luciana Carvalho. **A criança com Síndrome de Down no ensino regular: como inserir crianças com Síndrome de Down nas classes regulares de educação infantil, no sentido de melhor desenvolver seu potencial cognitivo?**.2008. 62f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Curso de Pedagogia, Departamento de Educação, UNEB, Salvador, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

CASAGRANDE, Ferdinando. **Como a legislação assegura a inclusão dos alunos com deficiência**. Disponível em :< <http://gestaoescolar.abril.com.br/politicas-publicas/legislacao-educacional-trata-inclusao-759502.shtml>. Julho de 2009 Acesso em 10 de abril de 2016.

COLE, Michael et.al. **VYGOTSKY, Lev Smenovich: A Formação Social da Mente**. 7ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

COLL, C.; GILLIÈRON. C. **Jean Piaget: o desenvolvimento da inteligência e a construção do pensamento racional**. In, LEITE, L.B. (org) Piaget e a Escola de Genebra. São Paulo: Cortez, 1987.

COTRIM, D. B.; RAMOS, V. **A Psicomotricidade como instrumento pedagógico para crianças com Síndrome de Down**. Disponível em<[http://www.unifai.edu.br/publicacoes/artigos\\_cientificos/alunos/pos\\_graduacao/02.pdf](http://www.unifai.edu.br/publicacoes/artigos_cientificos/alunos/pos_graduacao/02.pdf)> Acesso em 06 out. 2011.

COSTA, Samira Gonçalves Queiroga da. et. al. **Síndrome de Down: família, educação e aprendizagem**. São Paulo: Casa do Psicopedagogo, 2011.

CUNHA, Antonio Eugênio. **Afeto e Aprendizagem: amorosidade e saber na prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

ESCAMILLA, S. G. **A criança com Síndrome de Down**. México: Diana, 1998.

FERNANDÉZ, Alicia. **O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento**. Porto Alegre, Editora Artmed, 2001.

FERREIRA, Júlio R. **Necessidades especiais e políticas educacionais: Teoria e Prática da Educação**. São Paulo: Loyola, 1998.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **A Psicogênese da Língua escrita**. Porto Alegre: Artes médicas, 1985.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial: programa de estimulação precoce - uma introdução às idéias de Feuerstein; 2.ed**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Brasil: Paz e Terra. 1996.

FREITAS, Ana Beatriz Machado de. **Letramento e inclusão social e escolar**. In: Inclusão:Revista da Educação Especial. V.4, n.2. Brasília: Secretaria de Educação Especial, jul./out. 2008.

GLAT, FERNANDES EF. **Da educação Segregada à Educação Inclusiva: Uma breve reflexão sobre os paradigmas no contexto da Educação Especial Brasileira**. Revista Inclusão: MEC/SEE SP. 2005; 1(1).

HONORA M. & FRIZANCO M. L.. **Esclarecendo as deficiências:** Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

MACEDO, Lino. **Ensaio Construtivistas.** 3. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

MACEDO, R. S. A. **Etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação.** Salvador: Edufba, 2004.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B. Paiva. **Reflexões sobre a diferença:** uma introdução à educação especial. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MAHONEY, Abigail Alvarenga. **Introdução.** In: Henri Wallon – Psicologia e educação. São Paulo: Loyola, 2000.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Todas as crianças são bem-vindas à escola.** Campinas: Laped IFE / Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ser ou estar, eis a questão:** explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WYA, 1997.

MASCARENHAS, Débora; TABAK, Sheina. **Escola Regular ou Especial?.** Rede Globo – Globo Educação. Disponível em [www.rede.globo.com/globoeducação/noticias/6/4/2008](http://www.rede.globo.com/globoeducação/noticias/6/4/2008). Acesso em 29/04/2016.

MILANI, Denise. **Síndrome de Down:** Como – Onde – Quando – Porque. 3ª. ed. São Paulo: Editora Livro Pronto, 2004.

MOELLER, I. **Diferentes e Especiais.** Rev. Viver Mente e Cérebro, n. 156, Jan, 2006.

NUNES, Terezinha. **Dificuldades na Aprendizagem:** teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Martha Kohl de. **Vygotsky.** São Paulo: Scipione, 1993.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem.** Porto Alegre: Artes Médias, 1985.

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky:** a relevância do social. São Paulo: Plexus, 1994.

PIAGET, Jean. **O nascimento do raciocínio na criança.** 5ª Ed. São Paulo: E / Ateneo, 1993.

\_\_\_\_\_. **Biologia e Conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 1976.

PINHEIRO, Renata Guedes. **O que é Síndrome.** Disponível em <http://renatapinheiro.com/o-que-e-sindrome/18/03/2008>. Acesso em 24/04/16.

PUESCHEL, Siegfried M. **Síndrome de Down: Guia para pais e educadores.** Campinas: Papirus, 1998.

ROGERS, Carl R.. **Tornar-se pessoa.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SÁ, Elizabet Dias de. **Abrindo os olhos dos educadores, para inclusão escolar dos alunos com deficiência visual.** In: Banco de Escola: educação para todos (2011). Disponível em [www.bancodeescola.com/educador.htm](http://www.bancodeescola.com/educador.htm) Acessado em 10/03/2016.

SÁNCHEZ, Jesus N. G. **Dificuldades de Aprendizagem e intervenção psicopedagógica.** Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

SANT'ANA IM. **Educação Inclusiva: Concepções de professores e diretores.** Psicologia em estudo. 2005.

SASSAKI, R. K. **Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHWARTZMAN, José Salomão. [et al.]. **Síndrome de Down.** São Paulo: Mackenzie, 1999.

SILVA, Luciene Maria da. **Diferenças Negadas: O preconceito aos estudantes com deficiência visual.** Salvador: EDUNEB, 2002.

SMITH, Corine; STRICK, Lisa. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores.** Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

SOUZA, Maria Tereza Costa Coelho de. **Cultura, cognição e afetividade: interrelações em diferentes perspectivas.** São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 2002.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão Escolar de Crianças Com Síndrome de Down.** Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

\_\_\_\_\_. **Obras completas.** Tomo V. Fundamentos de Defectologia. Cuba: Editorial Pueblo Educación, 1988.

WALLON, Henri. **Psicologia e Educação da Infância.** Lisboa: Estampa, 1992.

UNESCO. **Conferência Mundial de Salamanca.** Espanha, 1994.

**7 ANEXO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA FACULDADE DE EDUCAÇÃO MEC/SEB  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL  
TEMA: PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SD NA ESCOLA REGULAR

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Senhor(a),

A(O) senhor(a) está sendo informado(a), enquanto colaborador(a) do projeto de pesquisa: **PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM AUTISMO NA ESCOLA REGULAR**, dos procedimentos para a coleta de dados, ao tempo em que é solicitada sua autorização para realização deste estudo. O projeto, apresentado ao curso de Especialização em Educação Infantil/Plataforma Freire, do Departamento de Educação II da UFBA - Universidade Federal da Bahia, sob orientação da professora **CLÁUDIA PEDRAL**, propõe analisar possíveis implicações dos aspectos **DA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA REGULAR na Creche Municipal Doutor Wilson da Costa Falcão – Santa Bárbara – BA**. Identificaremos, a partir das discussões, no ambiente escolar, como as educadoras enfatizam o modo de interagir na Educação Infantil, a fim de estabelecer uma melhor relação afetiva e conseqüentemente uma aprendizagem potencialmente significativa para o educando. Esta pesquisa pretende contribuir na ampliação de pesquisas voltadas para questões referentes à afetividade e aprendizagem da Educação Infantil de grupos sociais mais delimitados. No caso de as envolvidas aceitarem colaborar, irão participar de um questionário (os quais serão registrados por escritos), em torno desse objeto de pesquisa. A participação das educadoras dessa escola será importante para a compreensão de como a afetividade implica diretamente no processo de aprendizagem do educando e são significativas por eles que terão liberdade para pedir esclarecimentos sobre qualquer questão, bem como para desistir de participar da pesquisa em qualquer momento que desejar, sem que isto os leve a qualquer penalidade. Não há riscos na participação de qualquer indivíduo que consinta em colaborar.

Como responsável por este estudo, tenho o compromisso de manter em sigilo todos os dados pessoais confidenciais, bem como de indenizá-lo se sofrer algum prejuízo físico ou moral por causa do mesmo. Assim, se está claro para a senhora a finalidade desta pesquisa e concorda com os procedimentos acima explicitados, peço que assine neste documento.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração,

---

Maristela Cláudio Cerqueira

(Pesquisadora responsável)

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG \_\_\_\_\_, certifico a quem de direito, que estou ciente do projeto de pesquisa **PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA REGULAR**, bem como dos procedimentos a serem adotados pela pesquisadora, ao mesmo tempo em que comunico minha aceitação. Fui informado (a) de que preencherei um questionário e foi garantido, por parte da pesquisadora que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade, e que os dados de identificação e outros pessoais não relacionados à pesquisa serão tratados confidencialmente.

Salvador , \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

## 8 APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – FACULDADE DE EDUCAÇÃO MEC/SEB  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL  
TEMA: PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SD NA ESCOLA REGULAR

Formação: Pedagogia e Pós graduação de Língua Portuguesa  
Idade: 52  
Anos de profissão: 26 anos  
Tempo de serviço na Educação Infantil: 8

Questionário de Pesquisa

1 - O que vc entende sobre Síndrome de Down ?

É uma alteração genética produzida pela presença de um cromossomo 21 a mais e tem como característica o déficit intelectual

2- Como você entende ou conceitua aprendizagem?

É o processo de aquisição do conhecimento, habilidades, valores e atitudes adquiridos através do estudo ou de experiências com outras pessoas

3- Você já teve experiência com alunos com Síndrome de Down? Como Foi?

Não

4 – Como você percebeu o processo de aprendizagem na criança com SD?

Não passei por essa experiência

5- Quais as suas dificuldades no processo escolar na ED INF, com a çça com SD??

Não tive contato no ambiente escolar com criança SD.

6-1- O que vc propõe como docente para facilitar o processo ensino / aprendizagem para a çça com SD?

Atividades motivadoras e lúdicas como; re-  
cursos visuais; histórias, recortes, colagem  
fântasias, músicas, jogos e brincadeiras



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – FACULDADE DE EDUCAÇÃO MEC/SEB  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL  
TEMA: PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SD NA ESCOLA REGULAR

Formação: *Pedagogia e Pós na Alfabetização*  
Idade: *52 anos*  
Anos de profissão: *34 anos*  
Tempo de serviço na Educação Infantil: *03 anos*

Questionário de Pesquisa

1 - O que vc entende sobre Síndrome de Down ?

*É uma síndrome causada por uma alteração genética que pode ocorrer em qualquer raça humana e tem prevalência em filhos de pais com idade avançada. Crianças com a síndrome - São*

2- Como você entende ou conceitua aprendizagem?

*É o processo pelo qual se adquire conhecimentos, saberes, habilidades através das experiências, estudos e ensinamentos.*

3- Você já teve experiência com alunos com Síndrome de Down? Como Foi?

*Não.*

4 - Como você percebeu o processo de aprendizagem na criança com SD?

*Nunca trabalhei*

5- Quais as suas dificuldades no processo escolar na ED INF, com a çça com SD??

*As experiências que tive foram com outros crianças especiais com "síndromes" não diagnosticadas.*

6-1- O que vc propõe como docente para facilitar o processo ensino / aprendizagem para a çça com SD?

*Por não ter conhecimento ou experiência a respeito da síndrome, fico impossibilitada de discutir a respeito. No entanto, tratando de casos especiais sugiro capacitação sobre o tema para os profissionais.*



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – FACULDADE DE EDUCAÇÃO MEC/SEB  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL  
TEMA: PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SD NA ESCOLA REGULAR

Formação: Especialização em Psicopedagogia e graduada em Pedagogia  
Idade: 48  
Anos de profissão: 27  
Tempo de serviço na Educação Infantil: 8

Questionário de Pesquisa

1 - O que vc entende sobre Síndrome de Down ?

A criança que possui alguma alteração genética nos cromossomos

2- Como você entende ou conceitua aprendizagem?

São habilidades, competência de cada indivíduo.

3- Você já teve experiência com alunos com Síndrome de Down? Como Foi?

N

4 – Como você percebeu o processo de aprendizagem na criança com SD?

Eles tem dificuldades em manipular as mãos, até os dedos. Cada criança tem seu ritmo;  
Algumas terão dificuldades, já outras facilidade...

5- Quais as suas dificuldades no processo escolar na ED INF, com a çça com SD??

Falta profissional qualificado;  
Recursos;  
Ambiente para receber essas crianças.

6-1- O que vc propõe como docente para facilitar o processo ensino / aprendizagem para a çça com SD?

Criar estratégias p lidar com as situações;  
Aprender a usar gestos, sinais no estímulos;  
Jogos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – FACULDADE DE EDUCAÇÃO MEC/SEB  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL  
TEMA: PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SD NA ESCOLA REGULAR

Formação: Pedagogia e Pós graduação em Psicopedagogia  
Idade: 53  
Anos de profissão: 32 anos  
Tempo de serviço na Educação Infantil: 30

Questionário de Pesquisa

1- O que vc entende sobre Síndrome de Down ?

É uma alteração genética produzida pela presença de um cromossomo a mais num par 21, por isso também conhecido como trissomia 21.

2- Como você entende ou conceitua aprendizagem?

Aprendizagem é um processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes e valores, a partir do seu contato com a realidade e o meio ambiente e outras pessoas.

3- Você já teve experiência com alunos com Síndrome de Down? Como Foi?

Não

4 – Como você percebeu o processo de aprendizagem na criança com SD?

Ainda não passei por esta experiência

5- Quais as suas dificuldades no processo escolar na ED INF, com a cça com SD??

Nunca trabalhei com criança que tenha SD

6-1- O que vc propõe como docente para facilitar o processo ensino / aprendizagem para a cça com SD?

Proporho trabalhos que motive sua criatividade, como: contar histórias, recorte, colagem, manipulação de material com vista de aprendizagem, jogos e brincadeiras.

- 1- É uma alteração genética no cromossomo 21 que determina características típicas da síndrome com comprometimento intelectual e sensorial (as vezes)
- 2- É um processo de mudança de comportamento obtido através de experiências construídas <sup>por etapas</sup> afetivo, cognitivo e ambientais.
- 3- Sim, são ansiosos, sociáveis embora desatentos, inquietos e com déficit na memória tanto auditiva como visual além de dificuldade no raciocínio lógico.
- 4- Cada indivíduo é único, mas o aluno com o qual trabalho no seu processo de aprendizagem é um pouco lento por ter déficits psicomotores, devido às atências e memória, todavia vem construindo novas aprendizagens de vida diária, motora e academicamente (à lousa, dentro de um ritmo próprio).
- 5- Mantê-lo focado durante toda atividade, pois se distrai facilmente e uma outra dificuldade é o déficit de memória de trabalho (necessária para seguir comandos, compreender contextos e sequências fatos).
- 6- Um trabalho inicial que promova confiança e habilidades psicomotoras/introdução para leitura e escrita), a estimulação multisensorial através de atividades que explore o visual, auditivo e tátil (cinestésico) sucessivamente com atividades lúdicas e jogos pedagógicos.